



Índice

- 01** Área indígena retoma garimpo ilegal
- 02** Previdência atenderá em 40 áreas indígenas neste semestre
- 03** Ribeirinhos do Taquari recebem Programa Povo das Águas no fim do mês
- 04** Museu Amazônico expõe obras de arte de ribeirinhos do interior
- 05** Aprovada a criação do Dia do índio como patrimônio Cultural e Imaterial
- 06** Atingidos discutem projetos de desenvolvimento para o Tapajós
- 07** Moradores bloqueiam principal via de acesso à Altamira, na PA-415
- 08** FPEYY recebe denúncia de abuso de crianças indígenas, em Roraima
- 09** Reunião no MPF/TO discutiu reassentamento de famílias impactadas por Hidrelétrica de Estreito
- 10** O prazo para submissão de resumos em GTs da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia foi prorrogado até 18 de março
- 11** Cheias no rio Madeira: um desastre anunciado
- 12** CNV ouve o depoimento de Dom Tomás Balduino em GO
- 13** DNIT destina R\$ 38 mi para atenuar impacto ambiental em comunidade quilombola da Bahia
- 14** Acordo judicial beneficia formação de professores indígenas no Pará



- 15** Ligante asfáltico vaza de tanque em secretaria e atinge córrego no TO
- 16** Ribeirinhos de Nortelândia em estado de alerta
- 17** Superpopulação de jacarés ameaça ribeirinhos afetados pela cheia em Rondônia
- 18** Prefeitura fecha acordo sobre transporte e manifestantes deixam o Paço Municipal
- 19** "Zé Henrique" expulsa lideranças indígenas durante agenda no Paço Municipal
- 20** Índios
- 21** TRE-RR atende indígenas no Centro Regional Lago do Caracaranã
- 22** Acompanhantes fazem parto de indígena em maternidade do AC
- 23** Faesc apoia audiência pública sobre questão indígena
- 24** Programa Vale-Universidade Indígena recebe inscrições até hoje
- 25** Nota pública – Jogando contra a democracia: o editorial de O Estado de S. Paulo contra a pesquisa sobre conflitos fundiários rurais
- 26** 1º Encontro Nacional de Negras e Negros da CSP-Conlutas
- 27** Abril Indígena Avança em Políticas Públicas
- 28** Ativistas promovem um dia de homenagens a Abdias Nascimento
- 29** Lei da Mineração: o ouro aos bandidos?
- 30** Cheia no Madeira vai continuar com águas do Mamoré , afirma pesquisador
- 31** Ribeirinhas do Tapajós discutem violação de direitos humanos das mulheres na construção de barragens
- 32** Kaiowá e Guarani reivindicam somente 2% das terras do MS. Entrevista especial



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

com [Spensy Pimentel](#)



Área indígena retoma garimpo ilegal

SÍTIO EM RONDÔNIA, 13.03.2014

A Terra Indígena Roosevelt é uma das quatro áreas reservadas aos índios cinta-larga entre o sudeste de Rondônia e o noroeste do Mato Grosso. Atualmente, os garimpeiros usam resumidoras, um tipo de esteira para bater o cascalho, e bombas de água.

Numa porção da floresta Amazônica onde pode estar uma importante jazida de diamantes, índios e garimpeiros refizeram uma lucrativa parceria para extrair e vender as pedras de maneira ilegal.

A atividade foi retomada no fim do ano passado na Terra Indígena Roosevelt, uma área que se estende por Rondônia e Mato Grosso. Há dez anos, 29 garimpeiros foram assassinados na região em meio a desentendimentos com os índios por causa do tesouro que aflora nessas terras.

O que sai da região tem um destino conhecido de autoridades: o comércio internacional ilegal de diamantes. As suspeitas são de que as pedras de Roosevelt acabem chegando às mãos de compradores na Bélgica, Emirados Árabes Unidos, EUA, Índia e Israel, centros de lapidação e comércio de diamantes. É uma longa cadeia ilícita, da qual em geral participam doleiros, contrabandistas, empresas de fachada e, por vezes, agentes da lei.

Marcos de Moura e Souza / Marcos de Moura e Souza

O cacique Daniel Rondon diz que a atividade garante o sustento das famílias

A Terra Indígena Roosevelt é uma das quatro áreas reservadas aos índios cinta-larga entre o sudeste de Rondônia e o noroeste do Mato Grosso. Atualmente, os garimpeiros usam resumidoras, um tipo de esteira para bater o cascalho, e bombas de água.

A situação de Roosevelt é delicada para o Brasil. O país é participante do Sistema de Certificação do Processo Kimberley, que regulamenta, com a chancela da ONU, o comércio internacional dos diamantes brutos e exige de seus signatários medidas para garantir que suas pedras sejam extraídas somente de áreas legalizadas. Diamantes brutos só podem sair do país com certificado Kimberley, emitidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Se forem de áreas não legalizadas, não são, em tese, certificados.

Autoridades brasileiras veem Roosevelt com dupla preocupação. Primeiro porque mineração em terra indígenas é proibida no país e o caso expõe a dificuldade do Estado de evitar que parte dos diamantes brasileiros continue sendo extraída e comercializados de maneira ilícita. A segunda preocupação é com a segurança.

"O momento é o pior possível. Talvez até pior do que era há dez anos, no auge do garimpo",

CONT.



disse na sede do Ministério Público Federal em Porto Velho o procurador da República em Rondônia, Reginaldo Pereira Trindade.

"O contexto de violência em Roosevelt ainda está presente como naquela época das mortes, mas como a questão parece ter esfriado o governo está muito mais desinteressado". Para ele, o risco é de novos conflitos levarem índios e garimpeiros a se matarem por causa dos diamantes. "Basta que alguém risque um palito de fósforo para que esse barril de pólvora, que está aí latente, exploda."

Um intermediário na venda de diamantes contou à reportagem, sob a condição de não ter seu nome divulgado, que viu em janeiro no garimpo, índios armados e um ambiente hostil com os garimpeiros que trabalham e dormem no garimpo. "O clima estava estranho", definiu ele.

Desde 2004 - quando em abril os 29 corpos foram encontrados -, a Polícia Federal mantém vigilância no entorno de Roosevelt para evitar a entrada de máquinas e garimpeiros e para garantir a paz na terra indígena e nas cidades próximas. Em dez anos, a Operação Roosevelt reduziu, mas nunca barrou de vez a extração ilegal de diamantes na região.

A Terra Indígena Roosevelt é uma das quatro áreas reservadas aos índios cinta-larga entre o sudeste de Rondônia e o noroeste do Mato Grosso. Roosevelt tem 230,8 mil hectares. Todo o território cinta-larga, 2,7 milhões de hectares - o equivalente ao Estado de Sergipe. São entre 2.000 a 2.500 índios. A Operação Roosevelt tem menos de 60 homens e seis bases no entorno da terra.

O Valor esteve na última semana de janeiro em uma das principais aldeias dos cinta-larga: a aldeia Roosevelt. De Cacoal, no sudeste de Rondônia, até lá são quatro horas de viagem. O cacique é Daniel Rondon, quase 50 anos, sisudo e com português carregado de sotaque de sua língua materna, o tupi mondé.

A corrida aos diamantes de Roosevelt começou em 1999. Entre 2003 e 2004, de 4 mil e 5 mil homens trabalharam na clareira

"A cada 15 a 20 dias, cada família [que controla um pedaço de terra nas margens do igarapé Lajes, onde está a clareira do garimpo] recebe R\$ 10 mil, R\$ 15 mil. É mais ou menos 20% das vendas", explicou ele na varanda de um casa de alvenaria espaçosa e muito simples a poucos metros das margens do Rio Roosevelt.

De 20% a 25% sobre a venda dos diamantes são o que, em geral, os índios têm recebido por "liberar" a mineração em Roosevelt para garimpeiros, segundo Rondon e outros cinta-larga.

A aldeia Roosevelt parece um pequeno e pobre bairro rural. Não tem ocas, mas 40 casas padronizadas com paredes pintadas de branco e manchadas de terra e outras poucas construções. Tudo com verba do governo federal. Nas cidades próximas à Roosevelt, o relato frequente é que algumas poucas lideranças ficam com o grosso do dinheiro dos diamantes e que o desperdiçam em noitadas, bebida, prostitutas e motos e carros.

CONT.



Em 2010, a Fundação Nacional do Índio (Funai) firmou uma parceria com os cinta-larga para encerrar a atividade garimpeira. À Funai caberia reforçar as ações de ajuda à população de Roosevelt além de pagar a cada família que atuasse como polícia indígena, para impedir o garimpo. O valor pago a cada indígena pelo Projeto Lajes chegou a R\$ 1.500 por mês. Com o acordo, o garimpo foi "oficialmente" fechado pelos índios em 2010. Em 2012, houve um repique e a PF destruiu com explosivos máquinas no garimpo.

"No primeiro momento a gente avançou, mas depois a gente passou a não ter mais estrutura, dinheiro", disse Urariwe Suruí coordenador regional da Funai em Cacoal. Houve também, disse, problemas entre os cinta-larga por conta de quem as lideranças escolhiam ou deixavam de escolher para a função remunerada a cada mês do Projeto Lajes. "[O projeto] acabou em outubro passado. Eles disseram que não queriam mais. E aí o garimpo voltou com tudo", diz o jovem suruí.

Líderes cinta-larga usam um único argumento para justificar a extração ilegal de diamantes: o governo não os ajuda a ter projetos agrícolas rentáveis e sustentáveis e as famílias cinta-larga se envolvem com o garimpo para comprar alimentos, remédios, roupas, carros para transporte de doentes, combustível e também TV com canais por assinatura, celular, moto e tudo o que aprenderam a consumir desde os primeiros contatos com o mundo exterior nos anos 60.

"O que acontece é que tem tanta reunião, reivindicação e o governo demora para atender. Aí os índios falam 'não vamos esperar mais o governo, não'", resume Nacoça Pio Cinta-Larga, de 55 anos, um dos líderes locais, ao falar da reabertura do garimpo.

Os garimpeiros usam resumidoras, um tipo de esteira para bater o cascalho, e bombas de água. Rondon diz que o movimento no garimpo caiu um pouco. "Tinha 30 máquinas e agora, 19."

A reportagem não chegou ao garimpo do Lajes, o principal de Roosevelt, que fica numa clareira que de ponta a ponta, segundo a PF, tem quatro quilômetros. Uma ilha de lama no meio da floresta. Da aldeia até lá são mais quatro horas. Lideranças cinta-larga na aldeia não permitiram a visita da reportagem sob a alegação de que a estrada estava intrasitável.

A corrida aos diamantes de Roosevelt começou a ser notada em 1999. Entre 2003 e 2004, de 4 mil e 5 mil homens trabalharam na clareira, segundo a Polícia Federal. "Naquela época era muita gente. Hoje, se tiver, são 100 e poucas pessoas", diz Marcelo Cinta-Larga, de 33 anos, citando um número sem confirmação de autoridades. Rondon fala em menos de 100.

A Terra Indígena Roosevelt é uma das quatro áreas reservadas aos índios cinta-larga entre o sudeste de Rondônia e o noroeste do Mato Grosso. Atualmente, os garimpeiros usam resumidoras, um tipo de esteira para bater o cascalho, e bombas de água.

Assim como Rondon e Pio, Marcelo diz que a relação com os garimpeiros que estão novamente em suas terras está tranquila. Rondon diz os garimpeiros foram mortos porque estavam ameaçando de morte os índios. Segundo a PF, desde 2007 não há mortes relacionadas aos diamantes. Além dos 29, a polícia computa 20 assassinatos ocorridos antes e depois de 2004.

CONT.



Ao falar sobre a venda das pedras, Rondon narra assim a rotina do negócio: "Tem um barracão lá no garimpo e os caras que compram vão lá para avaliar e comprar. De 15 em 15 dias eles vêm comprar". E acrescenta: "A gente não sabe quem é o comprador forte." Ele e outros dizem que no passado tinham negócios com compradores de Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo. Usando a palavra em tupi mondé que significa pedra branca e também diamante, Rondon diz que o "ikaxirá" mais caro que viu nos últimos tempos foi um de 8 quilates vendido por R\$ 80 mil.

Um conhecedor do mercado de diamantes falou de uma pedra bem mais valiosa. À reportagem, por telefone, ele afirmou que há quatro meses apareceu na mão de um comprador de Juína (MT) uma pedra recém-extraída de Roosevelt de 90 quilates vendida por R\$ 450 mil. E que há poucos dias, surgiu na cidade outra, também de Roosevelt, de 30 quilates. Um quilate é o equivalente a 200 miligramas.

"Os diamantes de Roosevelt são totalmente distintos de qualquer diamante do Brasil. São predominantemente pedras brancas, têm várias formas, mas muitas octaédricas [o que permite cortes valorizados na fase de lapidação], são pedras de alto teor de pureza, muito bonitas e grandes. Eu já vi diamantes de lá de 50, 70, 80 quilates", disse, de Brasília, o geólogo do Serviço Geológico do Brasil, Valdir Silveira, que lidera um projeto para mapear áreas diamantíferas, o Projeto Diamante Brasil.

Segundo ele, há indicações seguras de que a terra dos cinta-larga está sobre corpos kimberlíticos com alto potencial diamantífero. Mas por ser terra indígena, nunca nenhuma empresa prospectou nem lavrou a região.

O comércio mundial de diamantes brutos é afunilado em poucas cidades, entre elas Antuérpia, Dubai, Nova York, Mumbai e Tel-Aviv. São centros de comércio e de lapidação de padrão internacional. O preço de um diamante bruto pode ser multiplicado alguma vezes após lapidado. Em tese, esses mercados movimentam apenas diamantes com origem legal. Mas no setor, são ainda frequentes relatos sobre caminhos ilícitos para 'esquentar' pedras de áreas proibidas. Para Valdir Silveira, esse é o caso dos diamantes de Roosevelt.

"O destino é ilegal, não tem como não ser, porque a produção de diamante lá é ilegal", diz. "Com certeza, os diamantes de Roosevelt estão saindo do Brasil de forma clandestina, eles estão indo para a Venezuela ou Guiana ou outro país da região." São rotas conhecidas onde os contrabandistas obteriam certificados Kimberley de forma mais fácil do que no Brasil. Outra opção seria misturar pedras de Roosevelt em lotes de áreas regulares ou recorrer a pessoas que levam para o exterior pedras na roupa ou dentro do corpo.

Em sua sala na sede da Operação Roosevelt, em Pimenta Bueno (RO), o delegado Alexandre de Andrade Silva, chefe da base central da operação, diz que PF faz patrulhas nas estradas que dão acesso à terra indígena, mantém equipes nas seis bases no entorno da terra e eventualmente sobrevoa a região. "O desafio da PF é chegar a quem está comprando, ao grande comprador, ao grande financiador."

Em 2010, a equipe de Silva junto com a PF no Mato Grosso tentaram ir além. "A gente ficou

CONT.



um ano investigando tentando pegar a ponta, tentando alargar a teia para de repente pegar um cara que está lá na Rússia, Bélgica ou em Israel. Mas não se evidenciou", disse o delegado. "A PF continua empenhada em tentar chegar aos compradores finais. Não desistimos, de jeito nenhum."

Em março de 2010, um homem foi detido no Aeroporto Internacional de Confins (MG), com um diamante de 28 quilates que policiais afirmaram ter saído de Roosevelt. A pedra foi avaliada em R\$ 200 mil. Em abril do mesmo ano, um lote com 20 pedras, avaliado em R\$ 100 mil, também da terra cinta-larga, segundo a PF, foi apanhado com outro homem em Confins. Em 2004 e 2005, a PF já havia desmantelado dois esquemas de venda ilegal das pedras de Roosevelt para o exterior.

O Brasil exportou legalmente em 2013 US\$ 6,1 milhões em diamantes brutos, 44,3 mil quilates, segundo dados preliminares do DNPM. É insignificante para o mercado internacional. Mas a produção vem aumentando desde 2009, quando encolheu pela crise financeira internacional. Em 2009, a exportação brasileira foi de US\$ 2 milhões, 35,9 mil quilates. Minas e Mato Grosso são alguns exportadores. Em Rondônia, segundo dados da superintendência local, havia em janeiro, 161 pedidos de pesquisa ou lavra de diamantes. Legalmente, não há nenhum quilate sendo extraído no Estado.



Previdência atenderá em 40 áreas indígenas neste semestre

SÍTIO PORTAL BRASIL, 13.03.2014

Índios são considerados pela Previdência Social como segurados especiais - trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar

Quarenta áreas indígenas localizadas em 19 municípios do estado do Amazonas terão atendimento previdenciário até o dia 25 de junho. Equipes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estão a bordo, desde o último dia 10, de três embarcações do Pronto Atendimento Itinerante (PAI) do governo do estado.

Os barcos Puxirum, Puxirum II e Zona Franca Verde irão atender as comunidades residentes na calha dos rios Purus, Juruá, Javari, Alto e Médio Solimões, regiões conhecidas por concentrar boa parte da população indígena do Amazonas.

A ação complementa o atendimento móvel flutuante realizado pelo PREVBarco I AM, que hoje se encontra no Rio do Juruá. Os indígenas são considerados pela Previdência Social como segurados especiais, que são os trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar como pescadores artesanais, parceiros, meeiros, além dos cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos, desde que trabalhem com o grupo familiar.

Esses segurados têm o atendimento itinerante como único meio de acesso ao reconhecimento de seus direitos previdenciários, pois moram em comunidades remotas e muitos não têm condições físicas ou financeiras de realizar longos deslocamentos.

Sem essas embarcações, os ribeirinhos teriam que comparecer a uma unidade terrestre instalada em algum centro urbano, em viagens cujos deslocamentos podem chegar a várias semanas de barco.

De acordo com dados da página da Funai na internet, hoje, no Brasil, vivem 817 mil índios, cerca de 0,4% da população brasileira, conforme dados do Censo 2010.

Eles estão distribuídos entre 688 terras indígenas e algumas áreas urbanas. Há também 82 referências de grupos indígenas não-contatados, das quais 32 foram confirmadas. Existem ainda grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista.

Parceria

O programa do governo do estado do Amazonas intitulado PAI, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Seas), foi criado em 2003 com o objetivo de garantir o acesso da população do interior aos serviços gratuitos oferecidos na rede estadual.

CONT.



O projeto conta com três embarcações, que realizam atendimentos simultâneos em localidades cujo único meio de acesso é fluvial. Por meio de convênio firmado com o governo do estado, em junho de 2003, o INSS realizou, até dezembro de 2013, 96.431 atendimentos em viagens realizadas na calha do Alto Rio Negro, Alto Solimões, Baixo Amazonas, Japurá, Juruá, Madeira, Médio Solimões e Purus.

Segundo explicou o gerente-executivo do INSS em Manaus, Iracemo Coelho, essa parceria é fruto de convênio firmado sem qualquer transferência financeira por parte dos convenentes, tratando-se o PAI de "uma veia muito importante no processo de interiorização da Previdência Social no Amazonas", afirmou.

Os resultados alcançados nesses dez anos de parceria, lembrou Iracemo Coelho, confirmam a necessidade de, cada vez mais, se consolidar o sonho de levar a Previdência Social aos que vivem no campo, permitindo que os trabalhadores sejam atendidos na própria localidade onde trabalham, sem a necessidade de deslocamentos demorados e onerosos para as sedes dos municípios.

Roteiros

Na missão iniciada no último fim de semana (8 e 9), os servidores do INSS irão atender 19 municípios em cinco calhas distintas :

Barco Zona Franca Verde (Calha do Rio Purus): municípios de Boca do Acre, Pauini, Lábrea, Canutama, Tapauá e Beruri.

Barco Puxirum (Calha do Juruá): municípios de Envira, Guajará, Ipixuna, Eirunepé, Itamarati, Carauari e Juruá.

Barco Puxirum II (Calhas do Javari/Alto e Médio Solimões): municípios de Atalaia do Norte, Amaturá, Santo Antonio do Iça, Tonantins, Jutai e Fonte Boa. (Maria do Carmo Castro)



Ribeirinhos do Taquari recebem Programa Povo das Águas no fim do mês
SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 13.03.2014

Realizado pela Prefeitura de Corumbá para levar atendimento médico, dentário, social e educacional para os moradores das regiões isoladas do Pantanal corumbaense, o Programa Social Povo das Águas retorna neste mês. A primeira edição da ação vai atender os ribeirinhos da região do Taquari, do local conhecido como Corixão até o Porto Sairu, na colônia do Bracinho, entre os dias 23 e 28 de março.

Depois, nos meses de abril e maio, a equipe multidisciplinar da Prefeitura atenderá, respectivamente, a parte Alta (de Domingos Ramos até o Porto Novo Horizonte, na divisa com o Mato Grosso) e Baixa (do Porto Formigueiro até o Forte Coimbra) do Pantanal. Cada uma das três regiões da zona ribeirinha receberá o Programa Social três vezes ao longo de todo o ano. A estimativa é atender 730 famílias em 2014.

O Programa é coordenado pela Secretaria Municipal de Governo e conta com a participação de profissionais das secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Produção Rural, Meio Ambiente e da Defesa Civil.

Em 2013, o Povo das Águas efetuou mais de 2 mil atendimentos médicos. Nas nove viagens realizadas no ano passado, foram feitos 2.431 procedimentos de enfermagem e 704 atendimentos odontológicos. As equipes ainda promoveram a pesagem de 1.043 crianças incluídas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e distribuíram 2.066 doses de vacinas diversas, inclusive contra o H1N1. Técnicos do Centro de Controle de Zoonoses imunizaram 678 animais contra a raiva.

A Prefeitura também atuou na parte preventiva da saúde dos habitantes tradicionais da planície pantaneira. Mais de 30 mulheres realizaram exames preventivos do câncer do colo do útero, e quase 40 palestras sobre Educação em Saúde também foram levadas às famílias ribeirinhas. Trabalho semelhante foi desenvolvido pela equipe do CAPS ad, que focou no abuso do álcool e drogas.

Só em 2013 o Programa Social garantiu a entrega de 2.104 cestas básicas às famílias cadastradas pela Defesa Civil vivendo em situações de vulnerabilidade social, bem como o apoio com mosquiteiros, lonas, botas e cobertores. Paralelamente, os funcionários do CRAS Itinerante cadastraram mais 177 pessoas nos programas sociais mantidos pelo Governo Federal.

Para garantir uma alimentação com mais qualidade ao longo de todo o ano, sementes de milho, feijão e diversos outros vegetais e verduras foram distribuídos entre os moradores. Ao todo, mais de 1 tonelada de sementes foram repassadas aos pequenos produtores das partes Alta, Baixa e Média do Pantanal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

As crianças ribeirinhas também receberam atenção especial da Prefeitura no ano passado. Durante as ações, quase 2 mil brinquedos foram entregues aos pequenos corumbaenses. Técnicas da Secretaria de Educação realizaram atividades lúdicas que auxiliaram no desenvolvimento cultural, motor e social das jovens e adolescentes.

Museu Amazônico expõe obras de arte de ribeirinhos do interior

SÍTIO D24 AM, 13.03.2014

Obras de 15 municípios serão apresentadas aos moradores de Manaus, a partir desta sexta-feira.



Entre as peças, estão barcos doados por um padre de Borba, que deixou as peças na igreja como devoção aos santos.

Manaus - Com participação de artesãos de 15 municípios do interior do Amazonas e acervo de, aproximadamente, 100 obras, a exposição 'A Arte do Povo Amazônico e sua Diversidade' estreia, amanhã, às 19h, no Museu Amazônico (Rua Ramos Ferreira - Centro). O artista de rua Cleudson Souza Gomes, que exibirá 25 quadros pintados à mão em azulejos, completa o time de expositores.

De acordo com Jane Clotilde Cony Cruz, museóloga e responsável pela curadoria, o objetivo da exposição é mostrar aos amazonenses e aos turistas as obras de arte que são produzidas pelos ribeirinhos do interior. "Nosso acervo é composto por obras doadas e compradas ao longo dos anos e precisa ser visto. Cada uma conta um pouco da nossa história", disse.

Entre as peças que serão expostas, estão animais da fauna amazônica, como jacarés, botos e tartarugas esculpidos em madeira; e 'figuras de guaranás', como sapos e tatus, que foram feitos a partir da massa do fruto ralado. Além de quadros e barcos. "Os barcos, por exemplo, nós recebemos de um padre de Borba, que deixou na igreja como devoção aos santos", explicou Jane.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

As visitas serão orientadas por alunos do curso de História, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), que falarão a respeito do artesanato e dos artistas. "É importante que o público seja conduzido, pois a visita se torna mais interessante", disse.

Artista de rua

A exposição também reunirá quadros do artista Cleiudson Souza Gomes, que trabalha e expõe seus quadros nas ruas e praças da cidade. "Outro dia, eu o encontrei por acaso e gostei muito dos quadros. Logo o convidei para expor no museu", contou Custódio Rodrigues, outro curador da exposição.

Ressaltando que Cleiudson é autodidata e trabalha com os quadros há dez anos, Custódio comentou que a técnica foi aperfeiçoada ao longo dos anos, o que a tornou diferenciada. "Ele usa os dedos, cartões telefônicos, esponjas, palitos e tinta óleo. Ele retrata muito bem as belezas da nossa região", disse.

Cleiudson é amazonense e mora há dez anos nas ruas da cidade. Também já viajou e expôs seus quadros nas ruas e praças de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, além de países sul-americanos como Paraguai e Uruguai.



Aprovada a criação do Dia do Índio como patrimônio Cultural e Imaterial

SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 13.03.2014

Projeto de lei de nº 001/2014, de autoria da presidente da Câmara Municipal, vereadora Luzia Cunha (PT), que cria o "Dia do Índio" como patrimônio Cultural e Imaterial, bem como a sua inclusão no calendário de eventos oficiais do município, foi aprovado por unanimidade em 1º turno de discussão e votação na sessão ordinária da última terça-feira (11).

De acordo com a vereadora, o projeto tem como objetivo homenagear quem contribuiu ou contribui para a grandeza da história do município. Ela acrescenta, que Aquidauana é o segundo município do Estado em população indígena, por isso, não se pode deixar essa cultura morrer, visto que, sem as crenças, tradições e costumes os indígenas desaparecerão.

Para ela, não se pode continuar reproduzindo a ideia de que os índios são personagens folclóricas, que não evoluíram e que vivem à margem da sociedade.

"O Povo Terena participou e participa ativamente do dia-a-dia da nossa história, a exemplo dos filhos deles, que foram nossos soldados na linha de frente da Guerra do Paraguai e integraram o grupo de trabalhadores da estrada de ferro", comenta.

Segundo a vereadora, eles ainda trabalham como peões nas inúmeras fazendas da região e as mulheres como empregadas domésticas, cozinheiras, babás e até amas de leite porque as mães não podiam amamentar.

"Hoje muitos produtos que consumimos em nossa mesa são frutos da produção indígena, que ainda fomenta o comércio local", conta, ao lembrar que a festa do dia 19 de abril é uma oportunidade para a divulgação da cultura e das tradições dos povos indígenas.

Em Aquidauana, tradicionalmente, explica a parlamentar, as comunidades se reúnem em celebrações e relembram a tradição indígena. Além disso, as famílias, as escolas se organizam em caravanas para participar dessa festa.

"Por essa razão e em reconhecimento ao valor dessa nação de bravos aquidauanenses, da etnia terena, que proponho a instituição do 'Dia do Índio', como patrimônio cultural e imaterial do município", finaliza.

O autógrafo de lei segue para o Executivo a fim de ser analisado pelo prefeito José Henrique Trindade, que poderá ou não sancioná-lo por meio de lei municipal vigente.

Atingidos discutem projetos de desenvolvimento para o Tapajós

SÍTIO MAB AMAZÔNIA, 13.03.2014

Moradores do Tapajós temem os impactos sociais e ambientais que virão com as usinas previstas para a região



O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) realizou, nesta quinta-feira (13), uma assembleia popular denominada "Por projeto de desenvolvimento para o Tapajós", na cidade de Itaituba, região oeste do Pará.

Participaram na atividade cerca 180 pessoas, entre ribeirinhos, pescadores, indígenas, agricultores, moradores de bairros urbanos da cidade, estudantes e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaituba, Terra de Direito, Ministério Público Federal, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Pescadores e o Bispo da Prelazia de Itaituba.

O objetivo da assembleia foi discutir os grandes empreendimentos previstos para a região e os impactos sociais e ambientais causados por essas obras, causadoras de violações de direitos humanos na vida da população atingida.

Estruturas do agronegócio se erguem nas margens do rio Tapajós, no qual tem sido palco de

CONT.



grandes edificações dos portos em Miritituba. Os estudos das hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá estão em fase de conclusão e o governo anuncia ter interesses em realizar os leilões ainda em 2014.

Além disso, estradas estão sendo privatizadas no trecho de Mato Grosso à Miritituba e, recentemente, foi aprovada a Medida Provisória 558/2012, que afastou quatro unidades de conservação do Parque Nacional da Amazônia. Todas essas ações têm sido feitas para atender os interesses do capital nacional e internacional.

Desenvolvimento para quem?

A região tem sido palco das contradições sociais desse “desenvolvimento”. Enquanto as empresas avançam no saqueio das riquezas tidas em abundância nessa região, a população local vive em pleno abandono pelos governos estadual e federal. Exemplo disso é a rodovia transamazônica, que assola a população que dela depende.

O MAB tem questionado esse modelo de “desenvolvimento” por entender que não está a serviço dos povos e não levam em consideração os recursos naturais. A militante do MAB na região, Cleidiane Santos, ressalta a necessidade de construir um projeto popular de desenvolvimento para a região do Tapajós, e que os povos sejam os principais beneficiados.

Durante a atividade, os atingidos relataram as violações de direitos humanos que vem ocorrendo nas comunidades. A principal delas é a ofensa aos princípios democráticos e ao direito humano à informação e participação, à medida que esses projetos estão em curso sem qualquer diálogo participativo do Estado brasileiro com as comunidades da região.

“Não fomos consultados, não nos pediram permissão para entrar nas nossas terras e não queremos sair do nosso território para dar lugar às barragens”, aponta o cacique Thiago Munduruku.

O morador da comunidade de Pimentel, Edmilson Azevedo, aponta que o Tapajós é fonte de sustento abundante para a população local. “O tapajós é nosso frizer de portas abertas, daqui tiramos nosso sustento e a nossa sobrevivência”, relata.

Segundo Felício Pontes, procurador do Ministério Público Federal, o órgão tem investigado irregularidades em várias barragens na Amazônia, entre elas, as hidrelétricas no rio Teles Pires, Madeira e Xingu. Pontes ressalta a importância da população se atentar para os impactos oriundos desses grandes projetos e exemplifica o caso das usinas no Rio Madeira e Belo Monte, nas quais o desenvolvimento não chegou de fato às populações atingidas.

No caso das usinas no rio Tapajós, Pontes alerta para a necessidade de se discutir qual o verdadeiro desenvolvimento e os benefícios desses projetos. “As pessoas que vão ganhar com esses empreendimentos são uma minoria muito pequena”, afirma.

Como encaminhamento, os atingidos apontaram para a necessidade de protocolar um pedido

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

de audiência pública, puxada pelo MPF, para discutir com todos os órgãos do governo e sociedade civil esse desenvolvimento e seus impactos.

A assembleia fez parte da Jornada de Luta do dia 14 de março, que marca o Dia Internacional de Luta contra as Barragens pelos Rios, pela Água e pela Vida.



Moradores bloqueiam principal via de acesso à Altamira, na PA-415

SÍTIO G1, 13.03.2014

*Trânsito está parado na via. Engarrafamento é de pelo menos 5km.
Outras formas de entrada na cidade foram alagadas pelo rio Xingu.*

Centenas de pessoas bloquearam o principal acesso a Altamira, no sudoeste do Pará, na PA-415, na manhã desta quinta-feira (13). Integrantes do Movimento de Pessoas Atingidas por Barragens e pessoas atingidas pelas cheias do rio Xingu participam do protesto. A interdição na rodovia estadual impede o acesso à Transamazônica, que dá acesso aos canteiros de obras de Belo Monte.

As obras foram prejudicadas nesta quinta. De acordo com o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), 44% dos trabalhadores que moram em Altamira não conseguiram chegar ao canteiro de obras. Homens da Polícia Militar estão no local e tentam uma negociação com os manifestantes.

A reivindicação dos moradores é agilidade na construção das casas no bairro Jatobá para as famílias que moram em áreas de risco de alagamento provocado pelas obras da hidrelétrica. Esta medida está prevista em uma série de condicionantes exigidas para a construção da usina de Belo Monte, em Vitória do Xingu.

O trânsito está parado na PA-415, e o engarrafamento é de pelo menos 5 quilômetros. As outras vias de acesso à cidade estão bloqueadas pelas cheias no rio Xingu.

O G1 entrou em contato com a Norte Energia, responsável pelo empreendimento, que informou que enviou uma equipe para verificar a situação. A empresa afirma que as obras das casas estão rigorosamente de acordo com o cronograma acordado com o IBAMA e com a prefeitura municipal de Altamira.

A Norte Energia garantiu ainda que trabalha para entregar as residências até o final deste ano e que as negociações estão sendo conduzidas pela Casa de Governo em Altamira. A empresa afirma que colabora com o poder público nos assuntos que lhe dizem respeito.

O geógrafo Ariel Silva Costa, de 35 anos, não conseguiu chegar ao trabalho nesta quinta. Ele é funcionário do setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Xingu. Com a PA-415 bloqueada, não há como chegar ao município, que fica distante 45 quilômetros de Altamira.

"Eu estou na casa de uma amiga, esperando o bloqueio acabar, junto com outras pessoas que trabalham na secretaria. A manifestação prejudica o nosso trabalho, né", reclama.

CONT.



Cheias

De acordo com a Defesa Civil, o rio Xingu está com 8.02 metros acima do nível considerado normal. Mais de 1.200 famílias residentes em nove bairros foram atingidas. Cerca de 400 famílias estão em abrigos improvisados pela prefeitura. Até a última quarta-feira (12), mais de mil alunos estavam sem aulas.

CONT.

A prefeitura informou que a medida de suspender as aulas é provisória e emergencial, mas não deu previsão para o retorno das atividades nas escolas. Mais de 300 homens do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Exército Brasileiro, Demutran e Guarda Municipal trabalham nas áreas atingidas.

Colaborou Glaydson Castro, da TV Liberal em Altamira.



FPEYY recebe denúncia de abuso de crianças indígenas, em Roraima

SÍTIO G1, 13.03.2014

*Casos foram relatados à Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami.
Dono de garimpo é apontado pelos indígenas como suposto estuprador.*

Uma liderança da Maloca do Papiú, localizada a mais de 200 quilômetros de Boa Vista, entre os municípios de Alto Alegre e Iracema, denunciou à Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY) que um dono de garimpo naquela região teria abusado sexualmente de meninas indígenas de 12 e 13 anos, além de submeter jovens índios a trabalho escravo.

A denúncia foi feita durante uma operação conjunta da Polícia Militar de Roraima e Funai na Terra Indígena Yanomami, quando um garimpo foi desarticulado no começo desta semana. Segundo o coordenador da FPEYY, João Catalano, a equipe, que já estava na operação 'Korekorema' na terra Yanomami, foi ao local para apurar as denúncias.

"Chegamos à comunidade [Maloca do Papiú] na sexta-feira (7). Após três dias de caminhada, estávamos no garimpo, onde constatamos a denúncia e encontramos o suspeito, que tem 45 anos", declarou Catalano na tarde desta quarta-feira (12).

De acordo com ele, a equipe da operação era formada apenas por dois funcionários da Funai e quatro policiais e, por esse motivo, alguns garimpeiros conseguiram fugir, incluindo o suspeito de cometer os abusos.

"Nós 'fechamos' o garimpo. Equipamentos e estrutura foram destruídos. Apesar das fugas, temos a identidade do suposto aliciador e a polícia começará as buscas", destacou.

Conforme relataram os indígenas, cinco crianças foram abusadas sexualmente. A equipe conseguiu identificar duas e a intenção é que uma delas seja encaminhada para Boa Vista. Segundo Catalano, o homem oferecia batons e perfumes para atrair as crianças, e os rapazes trabalhavam em troca de alimentos para a comunidade.

"Quando chegamos, os motores estavam funcionando e quem os manuseava eram indígenas menores de idade. Temos os dados e endereço do suspeito e, com certeza, a Polícia Federal irá pedir sua prisão preventiva", acrescentou.

Os 16 garimpeiros retirados da Terra Indígena foram encaminhados para a sede da Polícia Federal em Roraima, na tarde desta quarta. Eles deverão ser ouvidos e testemunhar no caso. A PF não se pronunciou sobre as denúncias, tampouco sobre um possível mandado de prisão em nome do dono do garimpo.

CONT.



Confronto

João Catalano relata que no dia em que a equipe retornaria para Boa Vista, a expedição dos indígenas foi atacada por índios da Venezuela.

"Dois índios Yanomami morreram no confronto e por isso não pudemos trazer as crianças que foram abusadas. Um dos índios mortos era parente de uma das vítimas", comentou.

Segundo ele, a criança está na maloca e a Funai aguarda o término dos ritos do funeral da comunidade para que a menina possa ser encaminhada à capital para se submeter a exames médicos.

"É complicado trazer [as crianças]. Estamos esperando passar o funeral. O que ocorreu não teve nada a ver com a nossa operação, pois é consequência da rivalidade entre as comunidades que se enfrentaram", observou Catalano.



Reunião no MPF/TO discutiu reassentamento de famílias impactadas por Hidrelétrica de Estreito

SÍTIO PR/TO, 13.03.2014

Procuradora da República em Araguaína considera satisfatória novo posicionamento do consórcio, que agora demonstra abertura para negociação e interesse em solucionar os muitos problemas existentes.

O cumprimento de medidas compensatórias em projetos de assentamento impactados pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito foi tema de reunião realizada nesta quarta-feira, 12, na Procuradoria da República no Tocantins, em Palmas, com a participação de representantes do Incra, Consórcio Estreito Energia (Ceste), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Ministério Público Federal (MPF) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O objetivo é rediscutir o cumprimento de cláusulas previstas no termo de acordo firmado por Incra e Ceste que estabelecem a execução de medidas compensatórias em projetos de assentamento impactados pela Hidrelétrica de Estreito, construída no rio Tocantins entre os estados do Maranhão e Tocantins.

A procuradora da República no Município de Araguaína, Aldirla Pereira de Albuquerque, ressaltou que a atual postura do consórcio demonstra abertura para o debate com o poder público e a sociedade, fundamental para identificar as falhas e omissões ocorridas e assegurar os direitos das famílias impactadas pela implantação da hidrelétrica.

O assessor da Presidência do Incra, João Augusto Scaramella, destacou a necessidade de revisar o termo para verificar o cumprimento das medidas previstas e estabelecer prazos para execução das ações pendentes, como a compensação de áreas afetadas nos assentamentos de reforma agrária pelo reservatório da hidrelétrica.

O gerente local do Ceste, João Rezek Junior, comentou que o objetivo do consórcio é assegurar a execução das medidas compensatórias acordadas com o Incra e debater soluções para as famílias impactadas que não foram beneficiadas com o sistema de reassentamento ou indenização.

Compromissos

O Ceste apresentou proposta de compensar as áreas impactadas nos assentamentos por outras localizadas no perímetro do empreendimento, nas quais poderão ser reassentadas famílias de agricultores, extrativistas e pescadores. O consórcio assumiu o compromisso de concluir o levantamento de áreas disponíveis, que serão apresentadas ao Incra para avaliar a viabilidade de implantação de reassentamentos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

O Incra deverá revisar o cadastro das famílias impactadas pelo empreendimento, que se candidataram ao reassentamento em áreas rurais. No Tocantins, cerca de 1.000 famílias foram cadastradas e o objetivo é identificar a localização atual e a aptidão agrícola para subsidiar a modalidade de reassentamento a ser implantando, como projeto extrativista, de desenvolvimento sustentável e casulo.

Foi aprovada a criação de grupo de trabalho para participar do processo de negociação e verificar o cumprimento das medidas compensatórias, com a participação do Incra, Ceste, Comissão Pastoral da Terra, Ministério Público Federal e Movimento dos Atingidos por Barragens. A primeira reunião do grupo será dia 22 de abril, na sede do Incra, em Brasília (DF), quando o Ceste deverá apresentar a relação de áreas passíveis de reassentamento.

Procuradoria da República no Tocantins

Assessoria de Comunicação

prto-ascom@mpf.mp.br

(63) 3219-7298 / 3219-7238

Twitter: @mpf_to

(Com informações da Ascom Incra/Tocantins)



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

O prazo para submissão de resumos em GTs da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia foi prorrogado até 18 de março
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.03.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

O prazo para submissão de resumos para os Grupos de Trabalho da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, que será realizada pela ABA de 3 a 6 de agosto em Natal, Rio Grande do Norte foi prorrogado até 18 de março. O GT 14 tem por tema “Antropologia, arqueologia, colonialismo e licenciamento ambiental”. Coordenado por Jorge Eremites de Oliveira (Universidade Federal de Pelotas) e, Carlos Xavier de Azevedo Netto (Universidade Federal da Paraíba), ele vai discutir questão atual e urgente:

A partir dos anos 1990 houve um expressivo aumento da participação de antropólogos, arqueólogos e outros cientistas sociais na realização de trabalhos “de contrato” no Brasil e em outros países da América do Sul. Esta situação é verificada após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Saíamos de um regime de exceção (1964-1985) e testemunhávamos o gradual reordenamento do papel do Estado Brasileiro, a retomada do crescimento econômico no âmbito da mundialização do capital, a expansão do ensino superior e a mudança na legislação nacional e internacional ligada, por exemplo, ao licenciamento ambiental, à preservação do patrimônio cultural e aos direitos dos povos indígenas e tribais. A situação é observada na produção de laudos voltados para o licenciamento ambiental de empreendimentos como usinas hidrelétricas, PCH's, linhas de transmissão de energia, rodovias, mineradoras etc. Neste sentido, a proposta deste GT é a de oportunizar o debate sobre o papel da antropologia, arqueologia e campos afins para o licenciamento de projetos desenvolvimentistas que afetam a vida de povos e comunidades culturalmente diferenciados. Um dos desafios em comum tem sido refletir criticamente sobre a relação entre licenciamento ambiental, colonialismo e ciências sociais, incluindo o papel das agências reguladoras desses licenciamentos, tais como IPHAN, IBAMA e agências ambientais e patrimoniais estaduais.

As inscrições deverão ser feitas diretamente no site da 29ª RBA.



Cheias no rio Madeira: um desastre anunciado

SÍTIO CARTA CAPITAL, 13.03.2014

Resultado da intervenção das usinas na região mostram que as inundações observadas neste mês podem ser ainda pior no futuro

Rondônia, historicamente, fica longe. Extremo oeste do Brasil, o alto rio Madeira sempre foi relegado como um lugar distante dos centros de poder, pouco merecedor de atenção. Bom lugar para fazer experiências políticas e de engenharia. As catástrofes que acontecem por lá demoram a chegar na "opinião pública" que senta sobre o poder e o dinheiro. Foi assim com a Ferrovia do Diabo, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (construída entre 1907 e 1912), e logo depois, quando Rondon esticou as linhas telegráficas (concluída em 1915 com o telégrafo instalado em Santo Antônio do Madeira), pouco antes de o rádio tornar o telégrafo obsoleto. Foi para Rondônia onde os militares, durante a Ditadura cujo golpe completa 50 anos nos próximos dias, decidiram enviar os pobres do sul do País para não ter que dividir a terra dos latifúndios. Lá longe, os migrantes do sul morriam de malária, em conflitos com povos indígenas, ou nas balas de pistoleiros. E tudo ficava por isso mesmo, com a pressão social mais aliviada. Ao longo do último século, Rondônia foi o retrato de um "triste trópico" de exploração e saque.

Não é a tã que foi justamente Rondônia o local escolhido de experimento para o governo Lula iniciar seu plano neodesenvolvimentista de construção de usinas na Amazônia, cujos projetos atualmente passam de centenas. Os majestosos rios amazônicos vão tornando-se cada vez mais "as veias secas da Amazônia", como escrevi em uma reportagem na revista RollingStone. Em Rondônia, um laboratório político para testes socioecológicos, é tolerado errar. Pode-se errar feio, grosseiramente, violentamente. E assim Lula decidiu iniciar a exploração energética do Complexo Madeira com duas usinas simultâneas, logo de cara: Santo Antônio e Jirau. Foram licenciadas durante a gestão de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente que, em 2007, havia declarado o licenciamento das usinas uma "vitória da sociedade". Qual sociedade? A de Rondônia, ou a que vive "longe" de lá?

A atual cheia histórica, batendo os 19 metros, tem provocado uma catástrofe humana e ecológica em Rondônia, no Acre e na Bolívia. No entanto, apesar das águas estarem altas há semanas, o problema apenas tem começado a receber atenção do distante sul do Brasil, o "sul maravilha", terra do samba e do carnaval nessas mesmas últimas semanas.

O problema não é a cheia em si, que sempre ocorre, anualmente. Ainda que nesse ano haja mais águas. Não é o Madeira o culpado. Como disse o superintendente do Ibama, em Palmas, a respeito das usinas no Tocantins: "a natureza não se adaptou ao mecanismo de barramento do rio". Definitivamente, a análise, de tão absurda, pode ser estendida para o Madeira, que também "não se adaptou ao mecanismo de barramento". É de se esperar que o Xingu, que rompeu a enxada feita para a construção de Belo Monte, também nos últimos dias,

CONT.



igualmente não se adapte ao barramento proposto. Tampouco o Tapajós. A Natureza insiste em "não colaborar" com o neodesenvolvimentismo (para seguir a linha de pensamento dos analistas ambientais que licenciam as obras no Ibama).

Mas a culpa não pode ser atribuída à vítima, seja ela a Natureza ou quem vive nesse ambiente. Não é o Madeira, nem quem sempre viveu nas suas margens, o culpado pela catástrofe. Há uma novidade: as duas usinas. O Movimento dos Atingidos por Barragens tem uma análise certa de quem sofre, além do rio e do sistema ecológico: a população local. "Com as usinas operando no limite e enquanto os consórcios construtores disputam as possibilidades de gerar mais lucro, as comunidades e população que vivem à margem de todo o rio Madeira continuarão sofrendo com a maior enchente dos últimos cem anos da região, causada e potencializada pelas obras das hidrelétricas do rio Madeira."

Enquanto Jirau doou 250 cestas básicas e mil frangos congelados "visando prestar auxílio aos atingidos", Santo Antônio, publicamente, tem tentado ver se a água passa depressa. Ambas mostram-se sorratamente acuadas diante do desastre, em um silêncio constrangedor só rompido para cada uma atacar a vizinha, numa briga pública que coloca em risco milhares de pessoas. E começam, ainda de forma incipiente, a ser pressionadas por algumas autoridades no âmbito do Judiciário. A participação delas nessa catástrofe, uma vez passada a crise quando as águas escorrerem para o Amazonas, vai ser medida junto com a quantidade de mortos (pelo menos 60) e dos milhões em prejuízo.

Procurei dois destacados pesquisadores para uma breve análise da catástrofe. Antes mesmo dos licenciamentos, eles já alertavam para os problemas decorrentes dos possíveis barramentos do rio Madeira, que carrega metade dos sedimentos do Amazonas: Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), e Jorge Molina, do Instituto de Hidráulica e Hidrología (IHH) da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA). Um de cada lado da fronteira do Madeira, que nasce nos Andes e deságua no Amazonas.

Para Molina, "há fortes suspeitas" de que as usinas pioraram as coisas no Brasil. E o problema, completa Fearnside, é que a credibilidade do Ibama e da ANA foi posta em dúvida, no momento em que o governo prepara-se para leiloar mais uma série de usinas na Amazônia. A questão é tão grave que a Justiça Federal determinou que os estudos de impacto ambiental sejam refeitos.

Pior: no futuro, lembra Fearnside, as mudanças climáticas devem aumentar a ocorrência de eventos extremos.

Fearnside entrou no INPA em 1978, e publicou trabalhos científicos que são referências fundamentais sobre 10 barragens na Amazônia brasileira: Balbina, Tucuruí, Samuel, Curuá-Una, Santo Antônio, Jirau, Teles Pires, Jatapu, Cotingo, e Belo Monte). Os trabalhos e outras informações sobre barragens estão disponíveis no seu site <http://philip.inpa.gov.br> e na coluna que escreve em Amazonia Real

Abaixo, entrevista com Fearnside, feita por e-mail. Logo após, um breve texto de Molina, que responde a perguntas que lhe enviei.

CONT.



Felipe Milanez Quais as perspectivas?

Philip Fearnside O futuro? Cheio de incertezas. Esta cheia excepcional e o que aconteceu nos últimos três ou quatro anos anteriores, como a erosão que Santo Antônio provocou em Porto Velho, colocam em dúvida muitas coisas: os estudos e os projetos das duas usinas, a operação dos reservatórios, os níveis d'água de inundação reais, as verdadeiras consequências do impactos destes projetos no Brasil e na Bolívia e o que pode ocorrer no futuro. Eu temo que também foi posta em dúvida a credibilidade do IBAMA, da ANA e a sua capacidade de cumprir suas próprias normas e condições.

FM Quais as relações entre as usinas e os efeitos dessa cheia? Quais os riscos envolvidos?

PF As duas usinas devem estar contribuindo, de maneiras diferentes, ao agravamento dos impactos da enchente atual. A presença da barragem de Santo Antônio, logo acima de Porto Velho, pode estar aumentando a erosão da orla da cidade. O vertedouro da barragem modificou as correntezas em frente à cidade, jogando mais água contra a orla, como foi demonstrado em 2011-2012 quando cerca de 300 casas foram derrubadas ou condenadas. A velocidade da água neste local também deve ser maior do que no rio natural, sendo que toda a liberação da energia está agora concentrada em uma única queda só 7 km acima do centro da cidade.

No caso de Jirau, deve estar contribuindo à inundação na Bolívia no trecho logo acima do final do reservatório propriamente dito em Abunã, na divisa entre Brasil e Bolívia. Os sedimentos amontoados, justamente no início do reservatório em Abunã, devem represar a água rio acima, aumentando a inundação. As afirmações das empresas de que este fenômeno de "remanso superior" não aconteceria no caso de Jirau foram contestadas por mim em um artigo em 2013 na revista Water Alternatives (versão em português disponível em <http://philip.inpa.gov.br>).

FM Esse é um problema decorrente da disputa entre as usinas ou, mesmo que tivessem cumprido o plano inicial dos projetos, esses riscos já existiam?

PF A alegação de Jirau de que a usina de Santo Antônio não abaixou o nível do reservatório como planejado quando a vazão começou a subir, se confirmado, indica um forte impacto sobre a população próxima ao lago, inclusive em Jaci Paraná. O mesmo pode aplicar a Jirau, sendo que se o nível do reservatório tivesse sido rebaixado ao máximo para aproximar o rio natural, a inundação teria sido menor, inclusive nos trechos hoje interditados da rodovia BR-364.

FM Quais as perspectivas no futuro?

PF As mudanças climáticas em curso estão previstos a aumentar a ocorrência de eventos extremos, incluindo inundações. Os planos do governo brasileiro para construir dezenas de

CONT.

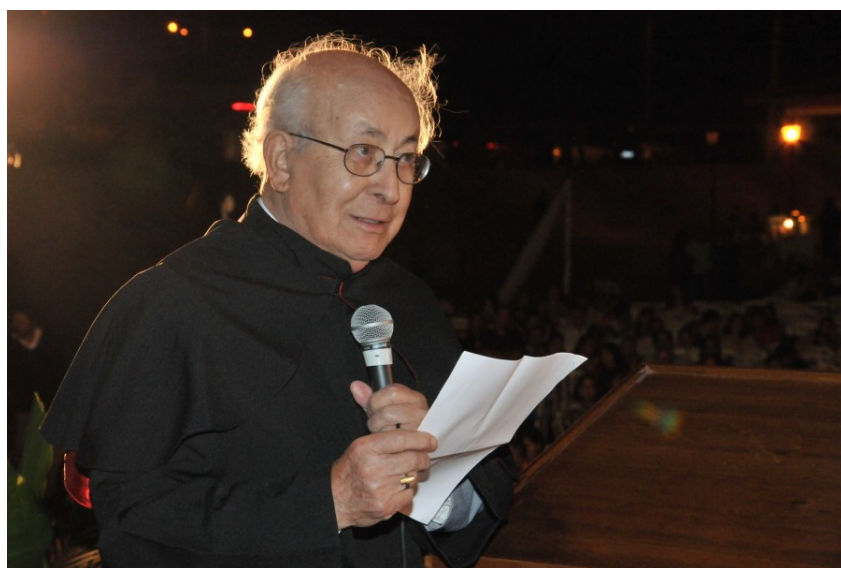


Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

barragens na Amazônia teriam grandes impactos dos mais variados tipos. A história das usinas do rio Madeira mostra como o sistema atual de tomada de decisão não consegue dar o peso adequado aos custos sociais e ambientais. Há extensa documentação dos impactos das usinas do Madeira, e de outras barragens existentes e planejadas na Amazônia, disponível em <http://philip.inpa.gov.br>.

CNV ouve o depoimento de Dom Tomás Balduino em GO
SÍTIO COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 13.03.2014



O depoimento do bispo Dom Tomás Balduino, 91 anos, uma das lideranças religiosas que apoiou as lutas de camponeses e indígenas em Goiás, fundador do Conselho Indigenista Missionário (1972) e da Comissão Pastoral da Terra (1975), foi colhido nesta quarta-feira (12/03), em Goiânia, pelo grupo de trabalho "O papel das Igrejas durante a ditadura", da Comissão Nacional da Verdade.

Dom Tomás Balduino nasceu em Posse, Goiás, no dia 31 de dezembro de 1922, filho de José Balduino de Sousa Décio, goiano, e de Felicidade de Sousa Ortiz, paulista. Seu nome de batismo é Paulo Balduino de Sousa Décio. Foi o último filho homem de uma família de onze filhos, três homens e oito mulheres. Ao se tornar religioso dominicano recebeu o nome de Frei Tomás, como era costume.

Segundo ele, "o Golpe foi dado não unicamente derrubando o Estado democrático, mas, como diz, José de Souza Martins, foi dado contra os trabalhadores rurais porque eles achavam que o comunismo vinha por meio dos trabalhadores rurais. Trombas e Formoso*, Ligas, são sinais dessa repressão contra os camponeses."

"O Golpe foi feito por estrategistas, não eram bobos. Atacaram pontos nevrálgicos. Primeiro atacaram as organizações de lavradores, mas, também, as lideranças dentro das igrejas. Os bispos eram perturbados, achacados. Dom Luiz Fernandes dos Santos, dom Paulo Evaristo, dom Frágoso, Pedro Casaldáliga, nem se fala, sobre ele se concentraram os gaviões da ditadura, para acabar com tudo."

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

Na Diocese de Goiás, dom Tomás impulsionou o novo espírito do Concílio Ecumênico Vaticano II e de Medellín (1968). Atuou no espírito da opção pelos pobres e lavradores se reuniam no Centro de Treinamento, onde dom Tomás morava, para definir suas formas de organização e suas estratégias de luta.

A atuação dele provocou a ira do governo militar e dos latifundiários que perseguiram e assassinaram algumas lideranças dos trabalhadores. Em julho de 1976, dom Tomás foi ao sepultamento do padre Rodolfo Lunkenbein e do índio Simão Bororo, assassinados por jagunços na aldeia de Merure, Mato Grosso. Em sua agenda havia outra atividade prevista. Soube depois, por um jornalista, que durante essa atividade estava sendo preparado um atentado para eliminá-lo.

Dom Tomás Balduino foi ouvido pelo pesquisador da CNV Jorge Atílio Iulianelli. Em julho de 2012, dom Tomás participou da primeira audiência pública da CNV, em Goiânia.

* A luta dos camponeses de Trombas e Formoso será tema de audiência pública da CNV no próximo dia 15. Saiba mais aqui.

Comissão Nacional da Verdade
Assessoria de Comunicação

Mais informações à imprensa: Marcelo Oliveira
(61) 3313-7324 | comunicacao@cnv.presidencia.gov.br

Acompanhe a CNV nas redes sociais:

www.facebook.com/comissaonacionaldaverdade
www.twitter.com/CNV_Brasil
www.youtube.com/comissaodaverdade



DNIT destina R\$ 38 mi para atenuar impacto ambiental em comunidade quilombola da Bahia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.03.2014

O valor será implementado em cumprimento ao Plano Básico de Revitalização do Componente Quilombola, elaborado pela Fundação Palmares, a fim de compensar os impactos ambientais da construção do Contorno Ferroviário de Camaçari

Mara Karina, FCP

Vitória para a comunidade quilombola de Pitanga dos Palmares, localizada no município de Simões Filho/BA. O DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) assinou um termo de compromisso com a UNEB (Universidade do Estado da Bahia) que destina R\$ 38 milhões para ações de mitigação e compensação dos impactos ambientais provocados pela construção do Contorno Ferroviário de Camaçari, na região.

O recurso será executado pela universidade em cumprimento ao Plano Básico de Ambiental do Componente Quilombola, apresentado pelo DNIT, avaliado e aprovado pela Fundação Cultural Palmares – MinC, durante os processos de Estudo de Impacto Ambiental para construção da ferrovia.

No projeto estão previstas ações de mitigação e compensação socioambiental, como a revitalização da comunidade por meio da construção de casas para os moradores em situação de risco e vulnerabilidade e em condições precárias de moradia. Outra meta é a adoção de um programa de sustentabilidade econômica para fortalecer as atividades que visam geração de renda em Pitanga dos Palmares.

“Nós gostamos do projeto e acreditamos que vai beneficiar e muito a Pitanga dos Palmares”, disse a líder da comunidade Bernadete Pacífico. Ela contou ainda que no próximo sábado 14/03, os responsáveis pela implementação do Plano irão a comunidade para apresentar a proposta, que segundo ela, ainda precisa de ajustes.

Proteção ao patrimônio – A FCP – MinC participou ainda da articulação entre o DNIT e a UNEB para definição da execução dos recursos. De acordo com Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP – MinC, área responsável pelas ações sobre o tema, esse é mais um exemplo do trabalho da Fundação para a proteção do patrimônio negro brasileiro, tendo as comunidades quilombolas como exemplo vivo, que precisam ter sua memória e identidade preservadas.

Desde 2008, a Fundação Palmares participa dos processos de licenciamento ambiental como órgão envolvido e responsável por avaliar e acompanhar as ações e empreendimentos que causem possíveis danos em áreas de comunidades quilombola. Já acompanhou mais de 300

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

empreendimentos em todo o Brasil, com impacto potencial em mais de 900 áreas remanescentes de quilombo.



Acordo judicial beneficia formação de professores indígenas no Pará
SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 13.03.2014

Prazo de permanência de educadores contratados sem concurso público foi estendido até 2017

Belém – Um acordo judicial firmado entre o Governo do Pará e o Ministério Público do Trabalho no Pará (MPT-PA) prorrogou até o dia 30 de junho de 2017 o prazo de permanência de servidores estaduais temporários que atuam na educação indígena. Com a extensão da permanência de temporários, haverá tempo para o término da graduação dos estudantes de Licenciatura Intercultural Indígena, que estarão aptos a participar do concurso para vagas de professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc).

A decisão é decorrente de ação civil pública ajuizada pelo MPT-PA em 2005, que cobrou do estado o fim da contratação de servidores sem prévia realização de concurso público, exceto para cargos comissionados de livre nomeação e exoneração. Devido à carência desses profissionais, uma série de acordos foi assinada para garantir a continuidade dos serviços e não prejudicar a formação dos futuros professores.

O pacto é um aditivo ao acordo firmado em dezembro de 2009, no qual constava prazo para dispensa de professores temporários indígenas, além da previsão de abertura de curso superior na Universidade do Estado do Pará (UEPA) para a formação de integrantes de todas as etnias do estado. Segundo o documento, a UEPA passaria a oferecer o curso de Licenciatura Intercultural Indígena a partir do primeiro semestre de 2012, a fim de formar profissionais qualificados para o ensino nas escolas indígenas até o último ano do ensino médio. O acordo também prevê a criação de cargos efetivos de professor indígena de nível superior.

Ainda segundo o documento, fica assegurada a autonomia administrativa do estado em realizar, a qualquer momento, eventuais desligamentos dos profissionais temporários. A rescisão dos contratos dos servidores em condições irregulares deverá acontecer sempre antes que entrar em exercício servidor efetivo nomeado para o cargo.



Ligante asfáltico vaza de tanque em secretaria e atinge córrego no TO

SÍTIO G1/TO, 14.03.2014

Crime ambiental aconteceu em Araguaína; cerca de 300 litros vazaram. Defesa Civil alerta ribeirinhos para não usar água do rio Lontra.

O derramamento de cerca de 300 litros de ligante asfáltico, do pátio da Secretaria de Infraestrutura de Araguaína, atingiu o córrego Neblina, nesta quinta-feira (13). Em uma das principais avenidas do município, na Cônego João Lima, foi possível ver a mancha preta na água, o que preocupou moradores, como o motorista Elber Andrade. "Está todo mundo preocupado, está dando dor de cabeça no pessoal que está fazendo caminhada, porque incomoda bastante e acaba sendo um crime mesmo."

De acordo com informações preliminares, um cavalete de sustentação de um dos tanques, onde fica o produto, teria quebrado o que provou o vazamento que atingiu, primeiramente, uma nascente do bairro Senador e poluiu os demais córregos da cidade.

Os órgãos ambientais foram até a secretaria e o responsável pelo órgão foi notificado por crime ambiental. Por nota, a prefeitura confirmou o derramamento e disse que a maioria do material ficou em solo, na área da própria secretaria, e cerca de 300 litros vazou para a rede de drenagem pluvial, atingindo o córrego Neblina.

A nota afirma ainda que o material, que atingiu o córrego, foi contido e está sendo retirado por bombeamento. A parte que caiu no solo já foi retirada e não há mais riscos de novos vazamentos. O Ministério Público Estadual também foi informado sobre o acidente e as medidas tomadas para conter o problema.

A Defesa Civil do município emitiu nota, em que faz um alerta à comunidade ribeirinha do córrego Neblina e afluentes para que as pessoas que moram às margens do rio Lontra, não façam uso das águas.



Ribeirinhos de Nortelândia em estado de alerta

SÍTIO BARRA NEWS, 14.03.2014

A população de Nortelândia (a 252 km de Cuiabá), que mora à beira do rio Sant'ana, está sob alerta devido ao aumento do nível das águas. Vários locais, incluindo a praia Rota do Sol, principal ponto turístico do município, estão submersos e a previsão é de mais chuva, nos períodos da tarde e noite. A prefeitura e a Defesa Civil monitoram o volume de água para a tomada de medidas de urgência.

Seguindo a Defesa Civil, no início da noite desta quarta (12), o rio estava 2,30 metros acima do nível normal, cobrindo árvores, postes e quiosques do complexo turístico. A preocupação agora são os ribeirinhos, que poderão deixar suas casas. Além deles, moradores de vários pontos da cidade reclamam das inundações de fossas e o retorno de dejetos pelo ralo dos banheiros. O prefeito Neurilan Fraga (PSD) solicitou o envio de técnicos para avaliar a situação. "Estamos preocupados. Estradas vicinais, pontes e bueiros foram comprometidos, afetando muitas famílias que residem em áreas de risco. O escoamento da produção está comprometido".

O prefeito lamenta a burocracia para obter recursos a fim de atender as áreas atingidas pelas chuvas. "Me sinto impotente. Para conseguirmos comprovar a situação de emergência é preciso, primeiro, vencer a burocracia, que leva dias para reparar os estragos", reclama. Neurilan ressalta que se deslocou a Cuiabá em busca de auxílio para ajudar os moradores afetados. (Com informações do RepórterNews)

› FONTE: Francis Amorim De Barra do Garças - RD News



Superpopulação de jacarés ameaça ribeirinhos afetados pela cheia em Rondônia
SÍTIO ÚLTIMO SEGUNDO - IG, 14.03.2014

Não há registro de ataque a pessoas, mas de sumiço de animais no entorno do lago Cuniã, onde vive a maior espécie de jacaré

A superpopulação de jacarés do lago Cuniã, em Rondônia, é mais uma ameaça aos moradores afetados pelas cheias, segundo informações do governo do Estado. As águas do lago transbordaram e passaram a se confundir com as do rio Madeira, que só em Rondônia deixaram 12 mil desabrigados e quatro municípios em estado de emergência: Porto Velho, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Rolim de Moura.

A expansão da área alagada pelo lago Cuniã espalha a população de jacarés e ameaça os moradores que se recusam a deixar suas casas. Ainda não há registro de ataque a pessoas, mas sim a outros animais, como cachorros, galinhas e patos. A espécie predominante do lago Cuniã é o jacaré-açu, a maior de todas, que tem comprimento médio de 3,5 m - podendo chegar a mais de 5 m - e peso em torno de 300 kg.

O aposentado Raimundo Rodrigues de Araújo, de 71 anos, morador da comunidade de Papagaio, conta ter visto um jacaré-açu carregando uma gaiola de galinhas. Para salvar a criação, há moradores improvisando galinheiros flutuantes. Além da criação de animais, os ribeirinhos vivem da agricultura de subsistência, com plantações de banana, mandioca, coco e cupuaçu - hoje destruídas pelas águas.

Para lidar com a invasão das águas dentro de casa, os ribeirinhos montam estrados de madeira que servem de sustentação para móveis, colchões e eletrodomésticos e podem ser erguidos à medida que o nível da água sobe. Parte dos moradores oferece resistência à transferência para abrigos por conta da intensa relação de proximidade com o rio, de onde tiram sustento tanto pela pesca como também pela própria caça de jacarés. Como a região é superpovoadada, há incentivo a iniciativas de manejo.

Dezenas de famílias atingidas improvisam moradias em balsas de garimpos e em barcos de porte médio, chamados de batelões. Eles ocupam a região entre Porto Velho e o distrito de Calama, na divisa com o município de Humaitá (AM), que está em estado de calamidade.

Os desabrigados pelas cheias estão sendo transferidos pela Defesa Civil para ginásios esportivos, escolas públicas, igrejas e acampamentos montados nas poucas áreas de terra que ainda estão secas.



Prefeitura fecha acordo sobre transporte e manifestantes deixam o Paço Municipal
SÍTIO REGIÃO NEWS, 14.03.2014

Ainda nesta sexta-feira a Prefeitura deve enviar à Câmara, o projeto que autoriza o Executivo a repassar R\$ 130 mil para subvenção do transporte

Terminou ontem à noite a ocupação da Prefeitura que permaneceu tomada durante toda a quinta-feira por um grupo de 40 estudantes assentados e indígenas manifestantes que impediu o funcionamento das repartições públicas instaladas no Paço Municipal. Eles cobravam gratuidade do transporte universitário.

O acordo foi intermediado pelos Defensores Públicos, Thaisa Raquel Medeiros e Gustavo Henrique Pinheiro Silva, o que evitou o uso de força policial para cumprir a liminar da juíza Cristiane Aparecida Biberg de Oliveira. Ela determinou a desocupação do prédio, caso os manifestantes não deixassem espontaneamente o local.

Ficou definido que a Prefeitura vai bancar o transporte dos estudantes dos assentamentos até e da aldeia Lagoinha a Praça Central e repassará recursos para custear o fretamento parcialmente dos ônibus da Praça Porfíria de Brito até as faculdades em Campo Grande e Maracaju.

Para os assentados, aproximadamente 90 alunos, serão repassados R\$ 27 mil suficiente para fretar os ônibus. Ainda nesta sexta-feira a Prefeitura deve enviar à Câmara, o projeto que autoriza o Executivo a repassar R\$ 130 mil para subvenção do transporte. Pelos cálculos da Vacaria Turismo, o serviço deve ter um custo mensal de R\$ 230 mil.

Com o acordo a Prefeitura não precisou se socorrer da liminar que obteve na Justiça para desocupação do Paço Municipal, nesta sexta-feira (14) esta funcionando normalmente.



"Zé Henrique" expulsa lideranças indígenas durante agenda no Paço Municipal
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 14.03.2014

O ex-vereador de vários mandatos, Raimundo Pinheiro (PSC), manifestou sua indignação com o prefeito da cidade empossado pela justiça, Zé Henrique Trindade.

Pinheiro foi candidato a prefeito de Aquidauana nas eleições de 2012, quando obteve cerca de 5 mil votos. Na mesma eleição, Zé Henrique (PDT) foi derrotado por Fauzi Suleiman (PMDB) com uma diferença de quase 4 mil votos. Entretanto, por uma decisão judicial, Fauzi foi cassado e Zé Trindade foi empossado no cargo em janeiro de 2013.

Desde então, o município de Aquidauana vive dias de caos, abandono, desmando, lixo acumulado por toda a cidade, alunos das escolas sem uniformes e kit escolar, perseguições a servidores e agora o prefeito é acusado de ser um ditador. Essas últimas expressões foram usadas pelo ex-vereador Pinheiro na manhã de ontem, 13, em entrevista ao programa 100% Cidade, na FM 100,9 à comunicadora Daniele Santos.

Pinheiro explicou aos ouvintes da 100,9 que tinha uma agenda com o prefeito Zé na quarta-feira às 15 horas e que só atendido às 18 horas, presente na reunião o cacique da aldeia Terena Água Branca (região de Taunay) que levaria até o chefe do executivo diversas reivindicações de sua comunidade.

"Depois de esperar muito, fomos recebidos por volta das 18 horas pelo prefeito. Quando estávamos expondo todas as demandas da aldeia Água Branca, o prefeito se exaltou e, aos gritos e proferindo palavras de baixo calão, nos expulsou de seu gabinete. Entretanto, acredito serem legítimas as cobranças que foram levadas pelo cacique. Naquela aldeia, assim como nas demais, tudo está em estado de abandono, como a educação, estradas, a saúde e tudo mais", disse Pinheiro.

Indignado, Raimundo Pinheiro fez questão de trazer a público pela FM 100,9, a atitude irada do prefeito, fato que ele considera como falta de respeito. "Ele tinha que respeitar em primeiro lugar o cacique da Água Branca, que foi legitimamente eleito para representar sua comunidade. Depois, ele faltou ao respeito comigo, que participei das eleições municipais e tive quase 5 mil votos. Ao contrário dele, se eu tivesse sido eleito estaria trabalhando com afinco por Aquidauana, inclusive pelas aldeias e não entendo essa atitude de ditador e de ignorante", disse Pinheiro visivelmente indignado com a expulsão do gabinete do prefeito Zé Trindade.

A comunicadora Daniele perguntou a Pinheiro se o mesmo já havia feito algum tipo de denúncia do fato aos vereadores. "Pra quê? A maioria deles já está comprometida com essa administração. Aliás, eu deveria ter um tratamento muito melhor por parte do prefeito do que alguns vereadores. Muitos deles foram eleitos com pouco mais de 300 votos e eu tive quase 5 mil", afirmou Pinheiro.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

O ex-vereador foi convidado a retornar ao programa 100%, hoje, sexta-feira, 14, acompanhado do cacique da Água Branca, para novamente falar do lamentável fato. "Volto sim, vamos estar aqui para falar tudo sobre essa administração que tem à frente um prefeito ditador e ignorante que não respeita suas lideranças. Chega de ficar calado", finalizou Pinheiro. Jornal Noticias do Estado

Índios

SÍTIO FOLHA DE CAMPO LARGO, 14.03.2014



A Folha recebeu a sugestão de um leitor, para abordar a situação dos índios que estão vivendo na Rodoviária de Campo Largo. Esta não é a primeira vez que os índios ocupam áreas no município. "Sugiro uma reportagem sobre a vida degradante de famílias indígenas que estão vivendo na Rodoviária de Campo Largo. Crianças sem as mínimas condições de higiene, mendigando, sem possibilidades de receber instrução escolar, assistência médica, etc. Cadê a Funai?", questiona o leitor.

De acordo com informações da Funai, os índios vão para as cidades para conseguirem vender seus produtos, mas o espaço urbano não foi constituído para eles. Estes índios ali localizados sobrevivem da venda de artesanato e instalam-se na Rodoviária, pois sabem que é um local de grande circulação de pessoas. De maneira alguma se pode fazer algo contra eles, pois eles têm o direito de ir e vir, o que pode é tentar encaminhá-los para algum lugar específico, como uma casa de passagem.

De acordo com a assessoria da Prefeitura Municipal, "a única coisa que a Prefeitura pode fazer é orientação, como já tem feito por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social. A única responsável pela situação desses índios é a Fundação Nacional do Índio (Funai), que pode entrar em contato com a tribo para que esta tome as devidas providências".



TRE-RR atende indígenas no Centro Regional Lago do Caracaranã
SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 14.03.2014

Uma equipe da Justiça Eleitoral Itinerante (JEI), composta por três servidores, realizará atendimento nesta sexta-feira (14), das 8h às 15h, no Centro Regional Lago do Caracaranã. Os indígenas poderão tirar o primeiro título, realizar transferência, revisão ou solicitar a segunda via. Basta apresentar um documento de identidade oficial com foto, acompanhado de cópia, e declaração do tuxaua da comunidade, confirmando moradia no local. Os homens maiores de 18 anos devem levar certificado de alistamento militar.

Com o slogan 'O voto ao alcance de todos', o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) iniciou o calendário de atendimento da JEI 2014 no último dia 24 de fevereiro, na Comunidade Indígena Boca da Mata, em Pacaraima. O objetivo é disponibilizar os serviços eleitorais via satélite para comunidades indígenas, ribeirinhas e distantes das sedes das zonas eleitorais.

O presidente do TRE-RR, desembargador Mauro Campello, destacou a importância de realizar atendimento nos locais mais distantes do Estado, o que resulta na aproximação da Justiça Eleitoral com a população e viabiliza o exercício da cidadania, evitando a dependência dos eleitores quanto ao transporte para sedes das zonas eleitorais, principalmente o patrocinado por políticos.

"É a Justiça Eleitoral indo até a casa do cidadão, pois, pelo princípio da Constituição Federal, o voto é obrigatório, logo, precisamos dar acesso aos que moram longe, que precisam andar longas distâncias para tirar o documento", disse ao lembrar que as itinerantes seguem até o dia 07 de maio, com previsão de atender mais de 40 localidades de difícil acesso, de norte a sul do Estado, incluindo o Baixo Rio Branco.

Exibindo Justiça Itinerante - Caracaranã.jpg

Fonte: TRE-RR



Acompanhantes fazem parto de indígena em maternidade do AC

SÍTIO G1/AC, 14.03.2014

Marido denuncia suposta negligência por parte da equipe do hospital. Direção diz que caso será investigado e não descarta punições.

Acompanhantes de mulheres grávidas internadas na Maternidade Bárbara Heliodora, em Rio Branco, fizeram o parto de uma mulher indígena da etnia Apurinã por falta de equipes para realizar o atendimento. A denúncia foi feita à imprensa pelo marido da índia. O fato ocorreu nesta quinta-feira (13) e chegou a ser registrado em vídeo pelos pacientes. O estado de saúde dela é estável, segundo a direção do hospital, que informou ainda que o caso será apurado.

De acordo com o balconista Ézio de Souza e Silva, de 22 anos, ele e a esposa Valéria dos Santos Apurinã, haviam sido encaminhados para Rio Branco por médicos do município de Boca do Acre (AM), onde vivem, para que ela fizesse a retirada do feto de seis meses, que já estava morto no útero. Na maternidade, eles ainda teriam esperado aproximadamente 24 horas para conseguir um leito.

Na noite de quarta-feira (12), após receber o medicamento para induzir o parto, a mulher começou a sentir dores. O marido diz que procurou a equipe do hospital e foi informado que era normal que ela sentisse dor. Ele conta ainda que durante o resto da madrugada nenhuma enfermeira ou médico apareceu para verificar o estado de saúde da mulher que teria começado sangrar intensamente por volta de 7h de quinta.

"Eu corri e disse para a doutora que a minha esposa estava sangrando e queria saber o que iria ser feito por ela. Aí ela disse que eu tinha que aguardar, porque não havia leito para fazer cirurgia. Perguntei se não tinha enfermeira para olhar ela e a médica disse que tinha que aguardar a troca de plantão, porque não tinha enfermeira", reclama.

O balconista conta que ao voltar para o quarto viu a esposa piorar e, nesse momento, outras mulheres que acompanhavam pacientes no mesmo leito resolveram ajudar.

"Uma mulher disse: pega um pano que nós vamos te ajudar. Fui até onde ficam as enfermeiras, pedi uma luva. Me deram luvas e dois panos. Entreguei o material para as acompanhantes para elas poderem me ajudar e aí nós conseguimos fazer o parto. Após retirarmos o feto, chegou uma enfermeira para cortar o cordão umbilical. Foi o único trabalho que elas [enfermeiras] tiveram", denuncia.

Ele conta que nem mesmo após o parto, a esposa passou a receber atenção especial. "Pedi para limparem minha esposa e elas disseram que não tinha enfermeira para limpar naquele momento. Peguei uma toalha e pedi ajuda das colegas novamente. Nós limpamos ela, que ficou ainda umas duas horas esperando por atendimento, e só o que colocaram foi um soro no

CONT.



braço dela", comenta.

Ainda abalado com a situação, ele diz que espera que a situação seja investigada.

"Já que não tinha como trazer a vida do meu filho de volta que ajudem pelo menos as outras pacientes. Inclusive tem uma que está com um filho morto dentro da barriga há quatro dias, sofrendo muito e disseram que teria que esperar mais alguns dias para fazer o que eles fizeram com a minha esposa", diz.

Procurada pelo G1, a gerente-geral da Maternidade, Lorena Rojas Seguel, diz que o caso será investigado. "Nós já mandamos levantar o prontuário e estamos fazendo a investigação para ver o que realmente aconteceu. Se realmente houve o que ele [o pai] comentou na sua reclamação, nós vamos tomar as providências cabíveis, que seriam punições. Mas temos que ver primeiro o que de fato aconteceu", explicou.

Em relação ao estado da paciente, a gerente diz que a indígena foi submetida a uma curetagem e o estado de saúde é estável.



Faesc apoia audiência pública sobre questão indígena

SÍTIO AGROLINK, 14.03.2014

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) apoia a audiência pública sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215) que será realizada nesta sexta-feira (14), das 14 às 18 horas, na Sede da AARA (Cooperalfa), em Chapecó. O objetivo é debater os devastadores efeitos sociais da demarcação de terras indígenas em território nacional e propor alteração da Constituição Federal sobre a política indigenista brasileira.

O presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, ressalta que as invasões no campo geram uma "agonia sem fim" para centenas de famílias rurais cujas propriedades foram esbulhadas ou estão sob ameaça de invasão por grupos que se denominam indígenas. Pedrozo desabafa que "o produtor rural brasileiro gera o melhor e mais barato alimento do mundo. Foi esse trabalhador que, no ano passado, salvou a economia brasileira ao sustentar quase R\$ 100 bilhões em exportações. Mesmo assim, quando sofre injustiça das invasões em terras produtivas, a família rural sempre fica sozinha".

O presidente da Faesc lembra que o grande oeste catarinense vive clima de tensão há vários anos, quando o Governo Federal decidiu criar novas áreas indígenas em Saudades e Abelardo Luz e ampliar as de Ipuaguê e Seara, colocando mais de 500 famílias em desespero e milhares de outras em alerta por se localizarem nas proximidades de áreas mapeadas por ONGs para transformação em reservas indígenas. O episódio mais recente é a tentativa de criação de uma nova área indígena em Linha Gamelão, distrito de Marechal Bormann, em Chapecó. As famílias atingidas têm a posse pacífica e a titulação da propriedade das terras há mais de 70 anos. Uma ONG chamada Arpinsul e a Funai estariam propondo a criação de mais uma reserva indígena em Chapecó com 28.000 hectares de área, o que equivaleria a 37% do território do município.

Pedrozo lembra que a Faesc pede há 15 anos que o Ministério da Justiça priorize a solução dos conflitos de terras entre produtores rurais e indígenas no Oeste para recuperar a paz e a tranquilidade de centenas de famílias.

Audiência

A audiência é promovida pela Câmara dos Deputados e será coordenada pelo deputado federal Valdir Colatto, membro da Comissão Especial e autor do requerimento que propôs o evento em Chapecó. Também estará presente o deputado federal Osmar Serraglio, relator na PEC 215, no âmbito da Comissão Especial.

Participarão do evento deputados federais, senadores, deputados estaduais, prefeitos, vereadores, juízes federais, advogados, OCESC, FECOAGRO, FAESC, FETAESC, FETRAF-SUL, representantes de agroindústrias, agricultores, caciques das reservas indígenas da região e demais representantes da sociedade civil organiza



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

Agrolink com informações de assessoria
Autor: MARCOS A. BEDIN



Programa Vale-Universidade Indígena recebe inscrições até hoje

SÍTIO PERFIL NEWS, 14.03.2014

O Programa Vale-Universidade Indígena recebe desde o dia 25 de fevereiro até hoje (14 de março) as inscrições dos candidatos interessados em participar do processo seletivo 2014

O Programa Vale-Universidade Indígena recebe desde o dia 25 de fevereiro até hoje (14 de março) as inscrições dos candidatos interessados em participar do processo seletivo 2014. O acadêmico deverá realizar sua inscrição por meio do site <http://www.setas.ms.gov.br/>, onde estão disponíveis a lei, o decreto e a resolução que normatizam o programa. O programa é voltado exclusivamente aos acadêmicos indígenas matriculados em curso de graduação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

O Governo do Estado do Mato Grosso do Sul operacionaliza o Programa Vale-Universidade Indígena com o objetivo de dar oportunidade para o estudante universitário indígena da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), mediante a concessão de benefício social, ter o contato com o meio profissional enquanto realiza o seu curso, facilitando assim o aprendizado e o relacionamento entre a teoria e a prática.

O programa é facilitador para acadêmicos indígenas de baixa renda que, com o benefício social e a realização das atividades, podem desenvolver sua capacidade profissional com mais possibilidade de se dedicarem aos estudos e aprimorarem a sua formação profissional.

PVUI

O benefício social disposto pelo Programa Vale-Universidade Indígena é oferecido em forma de auxílio financeiro e os acadêmicos habilitados no PVUI recebem o benefício social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais e auxílio para transporte até o local de execução das atividades, em doze horas semanais e cumpridas em quatro horas diárias, no valor de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) mensais, em órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou Organizações Não Governamentais (ONG), indicadas pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, por meio da Superintendência de Projetos Especiais, que estabelecerá os demais procedimentos necessários.

Sob a égide da lei nº 3.783, de 16 de novembro de 2009 e do decreto 12.896, de 21 de dezembro de 2009 e resolução Setas nº 130, de 22 de outubro de 2013, que regulamentam o Programa Vale-Universidade Indígena, operacionalizam-se as vagas, cujas inscrições para o Processo Seletivo ocorrem uma vez ao ano, e são realizadas exclusivamente no site <http://www.setas.ms.gov.br/>, bastando clicar no banner do programa.

Para pleitear o benefício, os interessados devem estar matriculados em curso de bacharelado ou licenciatura nos termos da legislação vigente, lei nº 3.783, de 16 de novembro de 2009;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

decreto nº 12.896, de 21 de dezembro de 2009 e resolução nº 130, de 22 de outubro de 2013; possuir o Registro Administrativo de Nascimento Indígena - Rani; comprovar renda familiar igual ou inferior a três salários mínimos e residir no Estado de Mato Grosso do Sul há mais de dois anos, além de não possuir outro curso de graduação de nível superior e não ser favorecido por qualquer outro tipo de benefício remunerado ou de auxílio financeiro com a mesma finalidade deste programa. O acadêmico que estiver habilitado no programa deverá ter frequência regular nas aulas de no mínimo 80% e não possuir reprovações.

(*)Com informação de Noticias MS



Nota pública – Jogando contra a democracia: o editorial de O Estado de S. Paulo contra a pesquisa sobre conflitos fundiários rurais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.03.2014

Institutos de pesquisa, grupos de assessoria jurídica popular e outras organizações vêm publicamente manifestar sua indignação e repúdio ao conteúdo do editorial do Jornal O Estado de S. Paulo, de 3 de março deste ano, intitulado "Drible do Judiciário".

O referido editorial tem por objetivo atacar a pesquisa "Casos Emblemáticos e Experiências de Mediação: análise para uma cultura institucional de soluções alternativas de conflitos fundiários rurais", realizada pela Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos, em parceria estabelecida com a Secretaria de Reforma do Judiciário e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ao investir contra a pesquisa, o editorial, agride toda a comunidade de pesquisadores da área de "direito e movimentos sociais" e da assessoria jurídica popular, no Brasil, além de, principalmente, ofender a luta pelos direitos de indígenas e quilombolas.

Chama a atenção, na leitura do editorial, a quantidade de adjetivos com intenção pejorativa ao longo do texto. Por exemplo: logo na segunda frase, aparece o termo "gelatinoso", para qualificar o argumento dos que defendem os direitos de indígenas e quilombolas; na terceira, surgem as "convicções socialistas" dos movimentos sociais, bem como seus pontos de vista "esdrúxulos".

É certo que, por se tratar de texto opinativo, o editorial não precisa ater-se às exigências de objetividade da redação de notícias com intuito meramente informativo. Porém, espanta o fato de que um ataque tão veemente a alguns dos setores mais fragilizados da nossa sociedade não seja acompanhado de um compromisso com a base factual dessas afirmações.

Mas qual o motivo desse pouco razoável ataque? Sem dúvida, a ameaça que representa, para a elite dirigente brasileira representada pelos setores do ruralismo e da grande mídia, a afirmação de que os direitos dos povos indígenas e quilombolas devem ser respeitados. Para o jornal, os direitos históricos de indígenas e quilombolas sobre as terras são meramente "alegados". Mesmo os indígenas do sul da Bahia não passam de "supostos índios". Até os antropólogos, profissionais que passam boa parte de suas vidas estudando e convivendo com indígenas e quilombolas, não escapam ao destempero do editorial, que qualifica esse trabalho de "antropologia de botequim". Fica evidente que o editorial refere-se com menosprezo aos profissionais da Antropologia e do Direito que buscam realizar diálogos entre estes dois saberes, menosprezando-os com escárnio estratégico.

Quanto à discussão jurídica, a opinião emitida contribui apenas para reviver a época do sacrossanto direito à propriedade privada, aquela na qual se poderia fazer tudo com a propriedade, inclusive nada. Como sabemos, todavia, o tempo e as lutas sociais trouxeram sensíveis mudanças em nossa legislação, o que se expressa na exigência atual do cumprimento

CONT.



da função social da propriedade. Ou seja, o título de propriedade não autoriza tratar a terra de forma abusiva, irresponsável; ao contrário, é exigido que, no exercício de tal direito, se cumpra a sua função social, entrando em seu rol a produtividade, o respeito ao meio ambiente, às relações de trabalho e ao bem-estar social. E não apenas isto. A Constituição de 1988, a vasta legislação infraconstitucional e os documentos internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário reconhecem e afirmam o direito dos povos indígenas e comunidades quilombolas à terra e ao território tradicional. Há, também, todo um criterioso trabalho de antropólogos e juristas na busca pela concretização do direito constitucional à terra e ao território tradicional, o que não se contrapõe à melhor interpretação ao direito constitucional à propriedade. O editorial afirma que “a propriedade, por mais documentada que seja” estaria em risco frente aos direitos tradicionais, ignorando que, em regra, essa documentação é passível de muitos questionamentos, fruto de grilagens, esbulhos, invasões etc., e não o contrário. Os “invasores de terra” na história do Brasil, por excelência, são os grandes proprietários e não os indígenas, quilombolas ou movimentos sociais de camponeses.

Inseridos em contextos de violências e assassinatos no campo por causas ligadas a conflitos fundiários, de destruição do meio ambiente natural no qual habitam, de concentração fundiária (cerca de 1% dos proprietários rurais detêm em torno de 46% de todas as terras), de remoção de suas populações para a construção de grandes obras e de grilagem de suas terras, dentre outros iníquos cenários, tais povos, a fim de buscar a legítima concretização de seus direitos, organizam-se em movimentos sociais, resistindo contra históricas injustiças sociais, culturais e ambientais. A ordem democrática não se faz sem a participação social, sem a insurgência popular, sem espaços-tempos onde se experiencie todo o poder que emana do povo.

Buscando, em conjunto com esses movimentos sociais, soluções concretas para tais situações, assessores jurídicos populares, bem como integrantes do Sistema de Justiça e pesquisadores de diversos âmbitos do conhecimento têm, por diversos meios, apoiado povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e o campesinato em seu direito a lutar por respeito às suas terras, culturas e identidades e por equidade territorial no Brasil, país pluriétnico e intercultural.

Daí que o periódico, ao se referir, em seu editorial, à pesquisa sobre soluções alternativas de conflitos fundiários rurais, intentou ecoar palavras as quais beiram a má-fé e irresponsabilidade ou mesmo desorientação na perspectiva jurídica.

É de se destacar que a investigação atacada em nada colabora para afastar a intervenção do poder judiciário na resolução de conflitos, mas, ao contrário, ela parte da premissa – incentivada pelo Conselho Nacional de Justiça – de que a mediação é um meio de democratizar e dar celeridade às demandas mais urgentes da sociedade. Em um tempo onde se fala cada vez mais de reforma do judiciário e métodos alternativos de resolução de demandas, criticar a mediação é um anacronismo.

Neste editorial lêem-se expressões as quais não só desrespeitam os profissionais que desenvolveram a pesquisa e a Advocacia Popular como prática de defesa de direitos humanos, bem como, o mais grave, incita à ideia de que o Estado Democrático de Direito brasileiro, constitucionalmente afirmado, não protege os direitos de indígenas, quilombolas, comunidades

CONT.



tradicionais e camponeses. Estimula, ainda, seus leitores a manterem a crença de que o direito de propriedade no Brasil está garantido apenas pela escritura cartorária, tal como afirmava o antigo código civilista, e não como afirma a Constituição, quando esta se refere à função socioambiental que deve cumprir a propriedade.

O editorial do referido jornal lança, também, nebulosas informações sobre seus leitores acerca da proposta esboçada pela pesquisa realizada pela Terra de Direitos, a qual, em momento algum, propõe substituir juízes por mediadores, mas sim tecer um sistema no qual os juízes possam se apropriar cada vez mais da realidade na qual vivem centenas de milhares de pessoas na luta pela posse de seus territórios tradicionais, trabalhando em conjunto com um sistema de mediação de conflitos em meio rural para que todos possam contribuir mais efetivamente com a solução de tais conflitos.

Causa, no mínimo, estranheza, que um veículo de comunicação social, que alegadamente se pauta pela imparcialidade na informação, se manifeste absolutamente a favor de nota lançada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), no dia 20 de fevereiro de 2014, a qual demonstrava sua "perplexidade" acerca da proposta trazida pela citada pesquisa por motivos bastante confluentes, para não dizer quase os mesmos, com os apontados pelo editorial. Aliás, exatamente os mesmos argumentos reproduzidos pela presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, em sua coluna semanal no jornal Folha de S. Paulo, no dia 22 de fevereiro.

O apoio aqui expressado, portanto, pretende evidenciar que mais essa tentativa de drible da Justiça, esboçada pelo editorial de O Estado de São Paulo, faz parte de uma campanha midiática antidemocrática, aliada aos setores mais conservadores de nossa sociedade, a qual busca obstaculizar o processo de construção de real e efetiva equidade territorial no Brasil. Sigamos, pois, como a sociedade brasileira, na busca pela concretização dos direitos à terra, ao território e à propriedade cumpridora de sua função socioambiental!

13 de março de 2014.

Assinam:

Advogados Sem Fronteiras (ASF-Brasil)
AJUP Roberto Lyra Filho (UnB)
Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDH)
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR)
Associação de Moradores Amiga das Vilas (PR)
Associação dos Advogados Populares da Amazônia (AAPA)
Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti (Direito/UFRN)
Centro Acadêmico de Direito da UFERSA
Centro Acadêmico de Direito – CADIr UnB
Centro de Assessoria Popular Mariana Criola
Centro de Referência em Direitos Humanos CRDH/UESB
Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB
Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

Centro de Referência em Direitos Humanos do Semiárido (UFERSA)
Cerrado Assessoria Jurídica Popular (GO)
Coletivo Catarina de Advocacia Popular (SC)
Comissão de Direitos Humanos da OAB Jabaquara/SP
Comissão de Direitos Humanos da UFPB
Comissão Pastoral da Terra do Ceará (CPT/CE)
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
Dignitatis – Assessoria Técnica Popular (PB)
Diretório Central dos Estudantes da UFERSA
Fase – Solidariedade e Educação
Fórum de Extensão (Direito/UFPR)
Fórum Justiça
Forschungs- und Dokumentationszentrum Chile-Lateinamerika/Berlin (FDCL – Centro de Pesquisa e Documentação Chile e América Latina/Berlim)
Geledés – Instituto da Mulher Negra
Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina – GEDIC (UFERSA)
Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais (GPLutas)
Grupo de Pesquisa Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica (PUCPR)
Grupo Tortura Nunca Mais – Paraná
Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS)
Instituto Defesa da Classe Trabalhadora/PR
Instituto Democracia Popular – Curitiba/PR
Instituto Luiz Gama (ILG)
Lutas: Formação e Assessoria em Direitos Humanos (Londrina/PR)
Marcha da Maconha Brasília (DF)
Movimento Direito: a dinâmica das ruas (UnB)
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Movimento dos Blogueiros Progressistas do Paraná (PRBlogProg)
Movimento em Defesa dos Povos Indígenas do Oeste do Paraná
Movimento Zoada/PE
Núcleo de Assessoria Jurídica Alternativa – NAJA (UESB/BA)
Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP/USP)
Núcleo de Assessoria Jurídica Popular – Najup Direito nas Ruas (UFPE)
Núcleo de Estudos Filosóficos (NEFIL/UFPR)
Núcleo de Extensão Popular – NEP Flor de Mandacaru
Plataforma Dhesca Brasil
Programa de Educação em Direitos Humanos PEDH/UESB
Promotoras Legais Populares de Curitiba e Região (PR)
Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA
Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP)
Ser-tão Assessoria jurídica popular/UERN
Sindicato dos Engenheiros do Paraná – SENGE/PR
Sociedade de Direitos Humanos para a Paz – DHPaz (PR)
Tribunal Popular: o estado brasileiro no banco dos réus
Urucum – Assessoria em Direitos Humanos, Comunicação e Justiça (CE)



1º Encontro Nacional de Negras e Negros da CSP-Conlutas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.03.2014

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO DO
1º ENCONTRO DE NEGROS E NEGRAS
da CSP-Conlutas

CHEGA DE RACISMO, VIOLÊNCIA, EXPLORAÇÃO E DINHEIRO PARA A COPA!

21/03
19H - ATO POLÍTICO NO DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA O RACISMO- COM A PRESENÇA DE HLOKOZA DO SINDICATO NACIONAL DE METALÚRGICOS DA ÁFRICA DO SUL E THANDO MANZI, ATIVISTA ESTUDANTIL E DE LUTA CONTRA OPRESSÃO DE DURBAN.

22/03
20H- GRANDE FESTA NEGRA COM APRESENTAÇÃO DE DIVERSOS ARTISTAS.

23/03
8H30- ABERTURA DO CREDENCIAMENTO;
9H- MESA DE ABERTURA DO ENCONTRO- CHEGA DE RACISMO, VIOLÊNCIA EXPLORAÇÃO E DINHEIRO PARA COPA;
11H- GRUPOS DE DISCUSSÃO TEMÁTICOS SOBRE A SITUAÇÃO DOS NEGROS E NEGRAS;
13H- ALMOÇO
15H- PLENÁRIA FINAL

SINDICATO DOS METROVIÁRIOS DE SÃO PAULO
ENDEREÇO: RUA SERRA DE JAPI, 31 - TATUAPÉ, SÃO PAULO - SP

REALIZAÇÃO:  APOIO:  INFORMAÇÕES:
Blog: www.setorialnegrasenegroscspconlutas.wordpress.com
E-mail: orgaencontroenegroscspconlutas@gmail.com

PROGRAMAÇÃO DO 1º ENCONTRO DE NEGROS E NEGRAS DA CSP-CONLUTAS!

A negrada de Norte a Sul do país já se encaminha ao encontro, fazendo debates, pré-encontros, atividades financeiras, e vêm com tudo no próximo final de semana para São Paulo!

Na preparação da luta contra a violência racista na copa, a CSP-Conlutas prepara um grande encontro com atividades internacionais, debates, atividades culturais, grupos de discussão e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

muito mais! Teremos nas atividades do encontro a presença de Hlokoza do NUMSA- Sindicato Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos da África do Sul e Thando Manzi ativista estudantil e de luta contra às opressões de Durban!!

Não dá pra ficar de fora! As inscrições estão disponíveis no site da CSP CONLUTAS e se encerram no dia 15.03!



Abril Indígena Avança em Políticas Públicas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.03.2014

Nesta terça-feira (11), a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul se reuniu com representantes da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), para iniciar as estratégias de elaboração da Conferência da Cultura Indígena conforme o Sistema Nacional de Cultura

ASCOM ARPIN SUL – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul

Durante o encontro também foi firmada a parceria para a realização do Abril Indígena e na execução da I Conferência dos Professores para capacitação e aprimoramento do ensino da cultura indígena em salas de aula.

O Sistema Nacional de Cultura integra as metas e ações do Plano Nacional de Cultura (PNC), do qual estabelece as diretrizes e ações de incentivo à cultura. O objetivo é organizar as políticas culturais de forma descentralizada, dando continuidade a elas independentemente de mudanças governamentais. E também visa possibilitar mecanismos de gestão e de investimento na cultura com transparência, por meio do controle social dos recursos e das políticas implementadas. Além de universalizar o acesso a bens e serviços culturais e o fomento à produção.

A Conferência da Cultura Indígena está prevista para ser realizada em Curitiba entre os dias 18 de abril e 25 de maio. Em breve será aberto o fórum para compartilhar as informações sobre a Conferência após a publicação no Diário Oficial.

Comparecerão a reunião o presidente da FCC, Marcos Cordioli, os Assessores de Relações Institucionais da FCC, Elton Barz e Desiree Dias Fabri, a Produtora Cultural e Pesquisadora Indigenista, Jussara Nascimento, o Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul, Marciano Rodrigues e o Conselheiro Titular do Conselho Nacional de Cultura e Membro do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas, Cretã Kaingang.



Ativistas promovem um dia de homenagens a Abdias Nascimento

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.03.2014

Isabela Vieira – Repórter da Agência Brasil

O centenário de nascimento de Abdias Nascimento será lembrado hoje, sexta-feira (14), com homenagens ao político e ativista da igualdade racial. O reconhecimento de seu trabalho contará com intelectuais e artistas no Cais Valongo, antigo ponto de desembarque de africanos escravizados no Brasil.

Segundo a organizadora do evento e diretora do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros, Elisa Larkin, Abdias Nascimento foi um dos primeiros intelectuais a denunciar o impacto da escravidão na cultura do país. “Mais do que isso, ele foi ativista dos direitos humanos da população negra discriminada, em um momento que a causa não gozava de nenhum endosso da sociedade. Era um momento de negação do racismo”, disse.

Para lembrar Abdias, a programação debate as teses do intelectual. “Ele era autor de propostas de inclusão de um modelo de organização do Estado brasileiro que fosse igualitário do ponto de vista socioeconômico e político, e que respeitasse integralmente todas as suas identidades e culturas”, acrescentou Elisa.

As homenagens terão início às 12h, com a declamação de poesias por Nilze Carvalho. Seguem com apresentação do Teatro Experimental do Negro e debates. Foram convidados para palestras o professor da Universidade de São Paulo Kabengele Munanga, a filósofa Sueli Carneiro, diretora do Instituto da Mulher Negra, e a professora da Universidade Federal de Minas Gerais Leda Maria Martins.

A programação inclui a presença de ativistas de outros países. Entre eles, o sociólogo e cientista político, atualmente na Universidade Brown, nos Estados Unidos, Anani Dzidzienyo, além do ex-jogador de futebol francês Lilian Thuram, que lançou o livro *As Minhas Estrelas Negras – De Lucy a Barack Obama*, traduzido para o português ano passado.

Após os debates, no Centro Cultural Ação da Cidadania, sairá um cortejo em direção ao Cais do Valongo, onde será feita uma cerimônia interreligiosa. Acompanhará a caminhada a orquestra de atabaques do grupo Treme Terra Esculturas Sonoras. A noite chega ao fim depois de apresentações da rapper Re.Fem e do sambista Nei Lopes.

Nascido no interior de São Paulo, Abdias dedicou sua vida à luta contra o racismo e a discriminação racial. Foi um dos precursores da defesa da inclusão da história e cultura afro-brasileira nas escolas, e de ações afirmativas para a população negra. Fundou um jornal que denunciava a situação dos negros no Brasil e criou o grupo Teatro Experimental do Negro. Morreu aos 97 anos, em 2011.



Lei da Mineração: o ouro aos bandidos?

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.03.2014

Como lobby das mineradoras tenta impor projeto que concentra riqueza mineral do país em poucas mãos, atinge ambiente e fere direitos indígenas

Por Igor Carvalho, na Revista Forum

Os números recentes da mineração, no Brasil, indicam um crescimento importante. No início deste século, no ano 2000, o setor era responsável por 0,59% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), em 2013 esse percentual chegou a 5%.

A produção mineral saltou 550% entre 2001 e 2011, saindo de U\$ 7 bilhões para R\$ 50 bilhões, segundo o Ibram. Para que se tenha uma ideia, a pequena Parauapebas, fundada há 25 anos, com pouco mais de 100 mil habitantes, é o maior PIB do Pará, ultrapassando Belém, sendo responsável por 22,5% do total arrecadado pelo estado, graças à extração mineral na cidade, onde a Vale opera a maior mina de minério de ferro do planeta.

A fim de fomentar o potencial mineral brasileiro, o governo apresentou em regime de urgência, em junho de 2013, o PL 5.807/2013, ou Marco Regulatório da Mineração, que substitui o Decreto-Lei nº 227, de 1967.

Para analisar o Marco, a Câmara Federal criou uma Comissão Especial presidida pelo deputado Gabriel Guimarães (PT-MG), e tendo como relator o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), que apresentou um projeto substitutivo que desagradou a governo e movimentos sociais.

O projeto original chegou à Câmara com 59 artigos e o substitutivo foi entregue com 130, depois de 372 pedidos de emendas dos deputados. "Parece-me que, em alguns pontos, esse projeto está pior do que quando chegou aqui. É preciso analisar com cuidado diversas das mudanças propostas pelo deputado Quintão", afirma o também deputado Padre João (PT-MG), que integra a Comissão Especial.

Para o pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) Carlos Bittencourt, por trás das alterações propostas por Quintão está o "lobby" das empresas do setor. "Ele sofreu e está sofrendo pressão das mineradoras. Esse texto que ele propôs só agrada aos empresários. O projeto que ele apresentou é muito pior do que aquele que foi apresentado pelo governo, é um atraso", criticou.

O poderoso lobby das mineradoras tenta criar obstáculos para essa mudança. De acordo com o Ibase, 14 dos 31 deputados da Comissão Especial tiveram, em suas campanhas, doações de mineradoras.

CONT.



Recentemente, o deputado Quintão manifestou que até março as negociações com o governo federal devem estar encerradas, deixando o caminho livre para que o projeto passe pela Comissão Especial e, finalmente, que seja votado no Plenário da Câmara. Porém, Padre João não compartilha do otimismo do contrerrâneo. "Não acredito em votação neste semestre, é muito difícil que haja um entendimento tão breve com o governo e os movimentos sociais, que precisam ser escutados."

Meio Ambiente

A preocupação com sustentabilidade é uma das bandeiras de 30 movimentos sociais que integram o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. "Existe uma lógica política que distribui os impactos ambientais às populações fragilizadas. Basta que vejamos onde estão situados os depósitos de lixo tóxico, como são tratadas as populações que estão situadas em locais onde o acesso à comunicação e informação é escassa", critica Julianna Malerba, da ONG Fase, que integra o coletivo.

"Do ponto de vista socioambiental, o PL [Marco] é extremamente frágil, ele não dá conta de responder ao impacto que a exploração mineral representa. A extração é uma atividade que exige muito uso de água, por exemplo", aponta Julianna.

O Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, de 2012, coloca a mineração com a segunda atividade que mais utiliza água no Brasil, perdendo apenas para a agricultura.

Como referência, um estudo do Ibase aponta que em Minas Gerais, onde há três minerodutos, usa-se 8,170 milhões de metros cúbicos para transportar, por pressão, os minérios. O número representa quase a metade dos 18 milhões de metros cúbicos utilizados pela capital e maior cidade do estado, Belo Horizonte.

Bittencourt lembra que, "em 2012, se usou mais de cinco quatrilhões de litros de água no Brasil. Além disso, não podemos esquecer que a mineração é responsável, também, por uma enorme poluição de águas superficiais e subterrâneas no Brasil."

Brumadinhos-MG-300x200Exploração do solo

No projeto original, o governo defende que as concessões para lavras devam ser definidas em processos licitatórios, o que estimularia o mercado. Porém, em consonância com o empresariado do setor, o deputado Quintão, em seu substitutivo, determina que a exploração da área fique determinada a quem chegar primeiro.

"A proposta do governo, a inicial, tinha mudanças importantes em relação ao que é hoje, e isso é bom, ela dava mais autonomia ao Estado. Se você descobrir ouro no seu quintal, o governo vai acolher e vai abrir um processo de licitação, para que outras partes possam concorrer. Dessa forma, mudamos do regime de prioridade para o de autorização. Essa era uma das mudanças principais", analisa Bittencourt.

O Marco determina, em seu artigo 13, que, caso o governo não consiga analisar o pedido de

CONT.



cessão em 180 dias, então, automaticamente, estará aprovado requerimento. “É uma esperteza do empreendedor, porque eles sabem que o governo não tem estrutura para atender a esses prazos. Então, ao se datar dessa forma, com apenas seis meses, você praticamente entrega a terra ao minerador”, afirma o deputado Padre João.

Comunidades afetadas

“Precisamos definir, e o projeto não o faz, como iremos compensar as pessoas que forem atingidas pelos avanços da exploração de minérios”, lembra Padre João, que é parlamentar do principal estado produtor de minérios, Minas Gerais.

De fato, embora o Marco defina e aponte, em seu artigo 6, as comunidades afetadas, ele não prevê beneficiamento nem mesmo a participação de famílias impactadas pela concessão de áreas para a exploração nos seus destinos.

“Esses grupos deveriam ser o centro do debate quando formos pensar projetos como o Marco, e isso não aconteceu. Essas pessoas deveriam participar do debate que decidirá o destino de suas vidas”, afirma Julianna, do Comitê.

Vale-300x198Royalties

A definição das alíquotas fixas para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), os royalties da mineração, é outro ponto divergente do projeto e a ânsia de estados e municípios mineradores.

Caso aprovado, o projeto determina o pagamento de 4% sobre o faturamento bruto das empresas. Hoje, se paga 2% com incidência no faturamento líquido das mineradoras.

A distribuição dos royalties, no substitutivo, ficaria assim: 60% aos municípios produtores; outros 10% aos municípios não produtores, mas que forem impactados pela exploração; 20% para os estados produtores e 10% seriam destinados à União.

Novo órgão

O projeto de Quintão defende a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), que seria uma autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que substituirá o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O órgão será responsável por regular e fiscalizar o aproveitamento de recursos minerais no Brasil.

Porém, no artigo 109, em seus incisos 1 e 2, o Marco determina que “qualquer atividade ou limitação que tenha potencial de criar impedimento à atividade de mineração depende de prévia anuência da ANM”, afirma o texto, que reserva, ainda, à Agência o poder de “exigir levantamentos geológicos antes que a atividade ou limitação seja implantada”.

Ainda de acordo com o projeto, fica definido que, caso haja “interesse da mineração”, a União poderá “impedir ações que impossibilitem o aproveitamento de recursos minerais

CONT.



significativos.”

Movimentos sociais acreditam que está aberta, aí, uma possibilidade de interferência em demarcação de terras de povos originários. “Na prática, tal dispositivo vai no sentido inverso à proteção e garantia dos direitos à terra e ao território, que deveriam se sobrepor ao interesse minerário. Essa proposta limitará as políticas de conservação da biodiversidade e o reconhecimento dos direitos territoriais de populações tradicionais que possuem práticas socioculturais específicas de uso do território, e que têm seu direito originário às terras que ocupam reconhecido pela Constituição”, afirma o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, em documento comentando o PL da Mineração.



Cheia no Madeira vai continuar com águas do Mamoré , afirma pesquisador
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.03.2014

Para Jorge Molina, do Instituto de Hidráulica e Hidrologia (IHH), "há fortes suspeitas de que as operações das usinas pioraram as coisas"

por Felipe Milanez – CartaCapital

"Há fortes suspeitas de que as operações das usinas pioraram as coisas", afirma o hidrólogo boliviano Jorge Molina. Molina é pesquisador do Instituto de Hidráulica e Hidrologia (IHH) da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), há 27 anos, tendo sido por três vezes diretor do instituto. Além de ter realizado estudos sobre as usinas do Complexo Madeira, ele também trabalhou em estudos e análises das três represas do rio Bermejo (Bolivia-Argentina) e da represa Bala no rio Beni.

Segundo ele, "o desrespeito aos níveis d'água Santo Antonio sugere que o reservatório esteve armazenando água até que em um certo momento tiveram que ser obrigados a libera-la". As análises na Bolívia indicam que o rio Beni, um dos formadores do Madeira, está diminuindo a vazão. Porém, o Mamoré, outro formado, está aumentando. Isso indica que a cheia vai continuar. E a situação pode piorar. Abaixo, seus comentários sobre as questões enviadas por e-mail.

Por Jorge Molina

Estamos acompanhando a cheia e as suas consequências, e faremos em breve uma análise com outros cientistas que trabalham no programa HYBAM (<http://www.ore-hybam.org/>), que esperamos publicar em forma de notas técnicas. Eu posso adiantar o seguinte, a partir de nossas análises: a cheia é histórica, o que quer dizer que é a maior que se registrou desde que começaram a funcionar a estação hidrométrica de Porto Velho e outras estações na Amazônia Boliviana. Essa é uma nota minha em conjunto com colegas do HYBAM:

"Pelos dados quase em tempo real da página web da ANA, é possível ver que a água provém antes de tudo dos rios Beni-Madre de Dios. Em Guayaramerin ainda não chegou o aumento anual do rio Mamoré. A partir destes dados é possível deduzir que a vazão na Cachuela Esperanza deve ter passado os 30000 m³/s, superando em muito o registro histórico nessa estação. Na Bolívia a situação é desastrosa: o rio Beni inundou Rurrenabaque, aonde se registrou a cheia histórica. Além disso, um desmoronamento em uma serra perto matou 10 pessoas. Em Trinidad, o nível chegou a 12 cm de exceder os diques que foram elevados faz apenas três anos. Há mais de 250000 pessoas afetadas na cordillera y la llanura y así..."

"Pelo dados SENAMHI, pode-se observar que a maior parte da bacia amazônica boliviana as chuvas foram excepcionalmente altas em dezembro e janeiro, com valores acima do dobro dos
CONT.



normais em muitas estações. No entanto, em algumas estações, como Riberalta e Guayaramerin, choveu menos do que o normal.”

Não temos ainda os dados e uma análise para afirmar que a operação das usinas pioraram as coisas, mas há fortes suspeitas de que isso ocorreu, ao menos, no Brasil. O desrespeito aos níveis d'água Santo Antonio sugere que o reservatório esteve armazenando água até que em um certo momento tiveram que ser obrigados a libera-la, com a consequencia de que em algum momento a vazão em Porto Velho foi maior que se não existissem as barragens. Além disso, os níveis d'água mais altos nos dois reservatórios significa que se inundou uma área maior do que a prevista nos estudos. Isso deveria ser objeto de uma auditoria técnica no Brasil. Esperamos poder obter dados para estudar no HYBAM, mas tenho dúvidas, pois Jirau e Santo Antonio estão em mãos de consórcios privados.

Outro fator que pode incrementar a cheia é o desmatamento da bacia, mas não há dados para avaliar esse efeito. Pessoalmente, eu acho que é pequeno.

Os dados da ANA mostram que a cheia continua. O alarme é tão grande que a ANA pediu dados hidrológicos para a Bolívia na tentativa de prever se vai continuar a aumentar ou começar a reduzir. A partir dos dados com que trabalhamos, posso dizer que a vazão do rio Beni está diminuindo, mas do rio Mamoré em Guajaramirim está aumentando. Isso explica em parte porque a cheia em Porto Velho continua.



Ribeirinhas do Tapajós discutem violação de direitos humanos das mulheres na construção de barragens

SÍTIO BLOG DO JOTA PARENTE, 14.03.2014

Por Cleidiane Santos

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) realizou nessa quinta-feira (6) o primeiro encontro de mulheres ribeirinhas ameaçadas pelo complexo Tapajós na comunidade Pimental. Participaram da atividade 70 mulheres das comunidades Pimental, Vilinha e Piriquitos com objetivo de fortalecer a organização e resistência das comunidades.

As mulheres debateram o relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) que aponta as violações sistemáticas dos direitos humanos provocada pela construção de barragens no Brasil, no qual as mulheres tem sido as maiores vítimas.

Durante o encontro, as mulheres relataram diversas violações que tem ocorrido mesmo ainda no processo de estudo das hidrelétricas propostas para o rio Tapajós. Uma das principais violações ressaltada é que “as comunidades não foram consultadas se queria sair para dar lugar às barragens” afirma Dona Josefa.

“Vivi a minha vida inteira nessa região, tenho meus filhos e meus netos e vivemos felizes nessa terra, caço, pesco, tenho minha roça, não sei fazer outra coisa, vivo do rio” afirma Dona Tereza emocionada ao relatar sua preocupação de viver na incerteza do que virá pela frente com a construção da usina de São Luiz do Tapajós.

Outra violação tem sido as práticas totalmente abusivas das empresas, entrando nas comunidades sem permissões e tentando dividir os ribeirinhos oferecendo empregos temporários.

Expressões de preocupações e insegurança marcam os rostos de mulheres que vivem há anos no beiradão do Tapajós e agora estão sendo ameaçadas por grandes empreendimentos de barragens que não tem apontados soluções para o futuro de suas vidas caso tenha que sair de suas casas.

Kaiowá e Guarani reivindicam somente 2% das terras do MS. Entrevista especial com Spensy Pimentel

SÍTIO IHU, 14.03.2014

"Os índices de violência em lugares como a Terra Indígena de Dourados são, sim, o resultado de uma omissão do Estado", diz o antropólogo.



Foto: Canal Ibase

"A violência na Terra Indígena de Dourados é, talvez, um dos fatos mais gritantes a demonstrar que o Estado brasileiro errou, e errou feio, em suas relações com os Kaiowá e Guarani ao longo das últimas décadas", diz Spensy Pimentel, ao comentar as recorrentes situações de conflitos entre indígenas e não indígenas que vivem no Mato Grosso do Sul.

Hoje, os Guarani e Kaiowá somam aproximadamente 50 mil pessoas divididas em 30 terras indígenas e em pouco mais de 30 acampamentos localizados na beira das estradas e nos fundos das fazendas. Mas os índices de violência estão concentrados na Terra Indígena de Dourados, na qual em torno de 15 mil índios dividem um espaço de 3,5 mil hectares. Segundo o antropólogo, que conviveu com os indígenas nas reservas, eles "enfrentam a falta de perspectivas, em função da crônica falta de espaço e da incompetência e da negligência dos

CONT.



governos locais e federal. Nos acampamentos, aonde vão quando sua paciência se esgota, ficam sujeitos à truculência dos fazendeiros, que têm agido de forma intransigente”, diz o antropólogo”.

Na entrevista a seguir, concedida à IHU On-Line por e-mail, Pimentel lembra que os conflitos decorrem de ações do Estado, que favoreceram a ampliação do complexo agroindustrial em terras tradicionalmente consideradas indígenas. “Diversas multinacionais importantes, as maiores do mundo em seus setores de atuação, estão instaladas ou atuam ali de alguma forma (com plantas industriais, fornecendo insumos e equipamentos, ou financiando, comprando e transportando a produção): Bunge, Cargill, ADM, Monsanto, Syngenta, JBS Friboi, BR Foods, etc. Esse complexo sempre contou com amplo apoio do governo brasileiro, em vários níveis, na forma de financiamentos e todo tipo de subsídio direto ou indireto”, relata. E acrescenta: “O resultado dessa política de Estado foi desastroso: em poucos anos, essas aldeias indígenas passaram a ostentar altos índices de suicídios, assassinatos e mortes de crianças por desnutrição – um sintoma extremo da fome, da insegurança alimentar generalizada. Para fugir desse ambiente, os indígenas passaram a entrar em conflito com os fazendeiros, e sobreveio mais violência”.

Spensy Pimentel é professor de Etnologia Indígena na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Em 2013, realizou pesquisa de campo na Terra Indígena de Dourados, justamente na reserva Kaiowá e Guarani, que ostenta os piores índices de violência. Como pesquisador e jornalista, acompanha a situação dos Kaiowá e Guarani há mais de 15 anos.

Foto: Secretaria de Cultura

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Considerando o espaço territorial do Mato Grosso do Sul, em que território os índios Guarani Kaiowá estão localizados? Como descreve o ambiente em que eles vivem?

Spensy Pimentel - Os Kaiowá e Guarani de MS já devem somar, hoje, quase 50 mil pessoas — eram 43,4 mil em 2010, segundo o IBGE. Vivem em 30 terras indígenas e em cerca de 30 acampamentos — alguns deles em beira de estrada, outros ao lado de matas nos “fundos de fazendas” da região. A terra que ocupam é absolutamente insuficiente para eles: hoje são pouco mais de 40 mil hectares.

Os acampamentos são um fenômeno político que existe desde o final da ditadura militar: esses indígenas se recusaram a ser confinados em reservas pequenas, arbitrariamente demarcadas pelo SPI [Serviço de Proteção aos Índios] no início do século XX — ao todo, eram oito reservas, somando em torno de 18 mil hectares. Essas famílias que estão acampadas não reconhecem as reservas como “sua terra”, reivindicam a devolução de áreas de onde suas famílias foram retiradas à força.

Por que eles foram expulsos dos locais que habitavam? É que o sul de MS, por onde eles se espalham, desde os anos 1970 é uma região totalmente tomada pelo complexo agroindustrial relacionado a culturas como a soja, a cana e o milho, além da criação de gado bovino, porcos, frangos e peixes. Diversas multinacionais importantes, as maiores do mundo em seus setores

CONT.



de atuação, estão instaladas ou atuam ali de alguma forma (com plantas industriais, fornecendo insumos e equipamentos, ou financiando, comprando e transportando a produção): Bunge, Cargill, ADM, Monsanto, Syngenta, JBS Friboi, BR Foods, etc. Esse complexo sempre contou com amplo apoio do governo brasileiro, em vários níveis, na forma de financiamentos e todo tipo de subsídio direto ou indireto.

IHU On-Line - A que o senhor atribui a notícia de que a área onde está localizada a reserva indígena dos Guarani Kayowá de Dourados é uma das mais violentas do país?

Spensy Pimentel - A violência na Terra Indígena de Dourados é, talvez, um dos fatos mais gritantes a demonstrar que o Estado brasileiro errou, e errou feio, em suas relações com os Kaiowá e Guarani ao longo das últimas décadas. Em tempos de autoritarismo, o país impôs para esses indígenas a ida às reservas que haviam sido demarcadas pelo SPI — sem nenhum diálogo, é bom lembrar.

O resultado dessa política de Estado foi desastroso: em poucos anos, essas aldeias indígenas passaram a ostentar altos índices de suicídios, assassinatos e mortes de crianças por desnutrição — um sintoma extremo da fome, da insegurança alimentar generalizada. Para fugir desse ambiente, os indígenas passaram a entrar em conflito com os fazendeiros, e sobreveio mais violência.

Nem nas reservas, nem nos acampamentos os Kaiowá e Guarani têm tido sossego nas últimas décadas. Nas reservas, enfrentam a falta de perspectivas, em função da crônica falta de espaço e da incompetência e negligência dos governos locais e federal. Nos acampamentos, aonde vão quando sua paciência se esgota, ficam sujeitos à truculência dos fazendeiros, que têm agido de forma intransigente: querem resolver na base da violência ou nos tribunais um grave problema social, que não vai se extinguir na bala, nem com a canetada de um juiz.

IHU On-Line - Também existem conflitos entre os indígenas?

Spensy Pimentel - Às vezes, representantes da elite sul-mato-grossense chegam a afirmar que o Estado e o povo brasileiro não têm responsabilidade pelo que acontece nas aldeias do sul de MS. Eles usam dados sobre os índices de violência nas aldeias para sustentar que os crimes são praticados entre os próprios índios, por isso não há o que fazer.

Isso, além de cinismo, é uma completa falta de visão histórica. Como explicar a coincidência de que os altos índices de violência e problemas sociais tenham aparecido nas aldeias exatamente quando se completou o processo de confinamento das comunidades, no período da ditadura? O mais absurdo é que quem está lavando as mãos em relação a esse problema é a elite de um estado que está absolutamente enriquecido, nos últimos anos, pelos altos lucros proporcionados pelo agronegócio.

Responsabilidades

É bom que se diga, há erros que não são apenas do Estado. As grandes empresas multinacionais, como eu mencionava, são um dos pilares desse complexo agroindustrial. As

CONT.



igrejas protestantes atuaram como linha auxiliar no processo de confinamento, a partir de uma ideologia que associa a conversão ao “progresso” individual e coletivo — o que, além de uma política etnocêntrica e etnocida, é até hoje aplicado, às vezes de forma violenta, pois muitas pessoas que são adeptas do xamanismo entre os Kaiowá e Guarani sofrem há muito tempo perseguição dos convertidos.

A universidade, o meio acadêmico, também tem sua parcela de responsabilidade, é claro, mas, pelo menos, até onde vejo, é um dos setores que mais enfrenta essa dívida histórica que temos com esses povos (até por isso, somos perseguidos). Outros setores, declaradamente, preferem negar até mesmo que exista qualquer pendência.

Como essa elite que nega a existência do problema ocupa os cargos mais importantes no Estado, em nível regional, chegamos ao atual quadro, em que os avanços são lentos, e frequentemente temos a sensação de estar dando voltas sem chegar a lugar nenhum. Por exemplo, no que tange à segurança nas aldeias Kaiowá e Guarani, e falando de Dourados, especificamente, é bom lembrar que a situação ali existente — quase 15 mil pessoas morando em pouquíssimo espaço, 3,5 mil hectares — é uma novidade absoluta para os indígenas como povo. Um agravante para os problemas é que na TI Dourados não são só dois grupos, mas três: os Kaiowá, os Guarani e os Terena. Estes últimos têm alguns traços culturais muito distintos dos Kaiowá e são predominantemente evangélicos. Por isso, além de conflitos culturais, há também problemas que, poderíamos dizer, têm cunho religioso.

Estamos falando de uma das dez terras indígenas mais populosas do país. É muito difícil administrar no dia a dia a quantidade de problemas que surgem da convivência de tanta gente. É um fato que, “em casa onde não tem pão, todo mundo briga e ninguém tem razão”, como já dizia o ditado. Frequentemente, em função disso, as próprias lideranças familiares demandam ajuda policial.

Há muito tempo se discute a necessidade de trabalho policial nas aldeias de MS, sobretudo nas reservas. Um acordo entre o governo federal e o estadual para instalar um plano nesse sentido é negociado há anos, sem resultados. O Ministério Público Federal tem tentado cobrar responsabilidade do estado e da União, mas, até agora, o que se tem é somente o policiamento emergencial que vem sendo praticado pela Força Nacional de Segurança Pública — em missão temporária na região. A ação da Força Nacional não é suficiente para coibir a violência e os crimes. Para que se tenha ideia da dimensão do problema: segundo o MPF, havia até mesmo uma orientação da administração estadual para que o telefone 190 não desse resposta a ligações oriundas das comunidades indígenas. Uma decisão judicial já determinou a ilegalidade dessa orientação, mas a situação de descalabro persiste. Recentemente, a Justiça ordenou que a Polícia Federal destaque um contingente para policiamento nesses locais, mas isso não vai resolver o problema.

Os índices de violência em lugares como a TI Dourados são, sim, o resultado de uma omissão do Estado, que envolve prefeituras e os governos estadual e federal. Todos têm sua parcela de responsabilidade.

IHU On-Line - Segundo dados do Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI de Mato Grosso do
CONT.



Sul, entre 2007 e 2013, foram registradas 487 mortes violentas de índios, sendo 137 por homicídio. Quais são as principais causas de morte dos indígenas no Mato Grosso do Sul? O que esses dados revelam, considerando a população indígena que vive em Dourados?

Spensy Pimentel - Revelam, principalmente, que se trata de uma população marginalizada, extremamente vulnerável. A extensão do problema é o que mais espanta: são centenas e centenas de mortes nos últimos anos.

A quantidade de tragédias familiares que se acumulam é impressionante. Há famílias com histórias terríveis, vários filhos perdidos em função da violência. Como alguém certa vez me questionou: as crianças vão sendo salvas da desnutrição pelos programas sociais, para depois crescerem e morrerem assassinadas ou se suicidarem?

Há muita negligência, não só em relação à segurança, mas a quase todas as políticas públicas. Por exemplo, fala-se muito da violência na TI Dourados, mas quem sabe que em boa parte dessa reserva falta água potável às pessoas? Recentemente, visitei pessoas em cujas casas a água não chegava havia mais de 40 dias. É um problema crônico e antigo.

Existe todo um conjunto de fatores que faz com a vida em lugares como a TI Dourados seja terrível para boa parte das famílias indígenas. Os jovens se revoltam com essa falta de condições de vida. Estão perto da cidade, os brancos lhes esfregam no nariz a riqueza que acumulam a partir das terras que tomaram de seu povo. E, como tem acontecido com jovens das periferias nos shoppings em São Paulo e no Rio, se eles vão tentar consumir, um pouco que seja, frequentemente são discriminados. A escola ajuda a disseminar padrões de comportamento e consumo que são incompatíveis com a vida rural e a cultura indígena. Muitas igrejas evangélicas, em vez de pregar o amor de Cristo, pregam o ódio e o medo, incentivam os próprios indígenas a desprezar suas práticas ancestrais.

A revolta é tão grande que muitos jovens têm se inspirado no rap feito na periferia de São Paulo para expressar o que sentem. Em suma, essa é a tragédia coletiva dos Kaiowá e Guarani que nós, brasileiros, ajudamos a construir, voluntária ou involuntariamente.

IHU On-Line - Qual a atual situação de assistência à saúde aos indígenas que residem no MS?

Spensy Pimentel - Há poucas semanas, os funcionários indígenas da saúde em Dourados fizeram marchas e bloqueios contra a falta de condições de trabalho. Na TI Dourados, por exemplo, os agentes de saúde atendem até 100 famílias cada um. O ideal, segundo lideranças do setor de saúde, seria atender 60. Também faltam remédios e veículos, e equipamentos estão obsoletos.

Outro problema é a segurança alimentar. A boa alimentação, como se sabe, é a base de qualquer política de saúde preventiva. Falta uma política integrada, que coordene a interação entre programas sociais e o apoio à agricultura familiar. Há vários anos, o que se vê é a distribuição emergencial de cestas básicas, uma política de acesso aos programas sociais, mas o que mais faz falta é um apoio consistente às roças para produção de alimentos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 47./ 2014

Brasília, 14 de março de 2014.

Os Kaiowá e Guaraní têm, em suas terras, um problema sério com capins invasores, trazidos pelos colonos não indígenas. Alguns formam touceiras de mais de dois metros de altura, com raízes fortíssimas, que inviabilizam o trabalho manual na roça sem apoio mecanizado. Hoje, cabe às prefeituras preparar a terra nas aldeias, usando tratores e óleo que são repassados pelo governo federal, mas esse trabalho quase nunca é feito devidamente, no tempo correto. O resultado é que se dificulta muito a autonomia das comunidades.

IHU On-Line - Os crimes que ocorrem em Dourados também envolvem o consumo de álcool e drogas?

Spensy Pimentel - Sim, há álcool e drogas, comercializados no entorno e também no interior da Terra Indígena, segundo investigações têm demonstrado. Essas substâncias são um catalisador, muitas vezes, isso é fato, mas jogar a responsabilidade pela violência sobre elas é um erro — e um preconceito.

As famílias nas quais se faz uso abusivo de álcool e drogas estão vivendo uma série de outros problemas, que são os que, frequentemente, fazem com que as pessoas apelem para o alívio temporário trazido por essas substâncias. Na casa dessas pessoas, muitas vezes, falta água, falta comida, falta gás para cozinhar, falta trabalho digno, falta saúde. Muita gente não tem nem documentos. É o cúmulo da contradição, as pessoas que enfrentam as piores condições de vida nas aldeias não conseguem acessar os programas sociais porque as prefeituras lhes pedem uma lista imensa de documentos como pré-condição para serem cadastradas. O resultado é a exclusão dos que mais necessitam de ajuda. E as pessoas vão colocar a culpa no álcool e nas drogas?

IHU On-Line - Desde o período em que vivem na aldeia em Dourados, os Guaraní Kayowá perderam terras que haviam sido demarcadas?

Spensy Pimentel - Perderam terras que não foram demarcadas e terras que haviam sido prometidas pelo próprio Marechal Rondon, conforme os mais antigos contam.

IHU On-Line - Quais são as terras que os indígenas reivindicam no Mato Grosso do Sul? Que percentual territorial do estado elas representam?

Spensy Pimentel - Isso é importante, porque existe uma campanha naquela região que espalha inverdades sobre essa questão. Os Kaiowá e Guaraní reivindicam uma porção de terra que, segundo cálculos preliminares, é de cerca de 2% do estado. Havia quem dissesse que eles reivindicavam até um terço dos 35,7 milhões de hectares de MS, o que, absolutamente, não corresponde à realidade.

Para que se conheça o total exato das terras reivindicadas e seu perímetro, a Funai tem de publicar os vários relatórios de identificação que foram iniciados em 2008, após pressão do MPF.

Esse trabalho de análise dos relatórios está atrasado, e tudo indica que o Ministério da Justiça paralisou o processo de reconhecimento de terras indígenas em todo o país, após pressão dos

CONT.



ruralistas no início de 2013. Isso é muito grave, pois a demora em resolver a situação em lugares como MS e Bahia pode gerar novas tragédias.

Há, ainda, o caso terena, que é a segunda maior população indígena do estado. Aí, além de algumas terras de extensão já conhecida, como o Buriti, onde morreu o professor Oziel Gabriel, em maio de 2013, também há outras terras que ainda precisam ser identificadas.

De qualquer forma, isso não aumenta muito a estimativa que trouxemos acima, a ponto de “ameaçar a economia do estado”, como alguns, falsamente, apregoavam.

IHU On-Line - Os indígenas reivindicam a demarcação de suas terras tradicionais. Por outro lado, os fazendeiros e produtores rurais do MS alegam que receberam ou compraram as terras da União. Diante desse conflito, qual seria a melhor maneira de solucionar a questão?

Spensy Pimentel - A melhor maneira, evidentemente, é sentar e conversar, para que se chegue a um acordo. Já houve alguns avanços, mas os fazendeiros seguem agindo de forma intransigente e truculenta. Basta ver que, no fim de 2013, fizeram um leilão para arrecadar fundos que, conforme inicialmente divulgado na imprensa, seriam usados para reforçar a defesa das fazendas — inclusive com a contratação de homens armados.

Os indígenas vinham aceitando o diálogo, mas, como os fazendeiros têm insistido em protelar as negociações, e a solução para os problemas está demorando a chegar, alguns grupos voltaram a realizar ocupações de terra. Há, inclusive, uma ocupação bastante grande, na terra conhecida como Yvy Katu, em Japorã (MS), envolvendo milhares de pessoas na operação. Se não houver muita habilidade para resolver situações como essa, há risco de graves conflitos. Urge chegar a acordos!

IHU On-Line - Quais são os acordos necessários hoje em MS?

Spensy Pimentel - Há um acordo que está sendo negociado hoje, envolvendo uma lista de terras pelas quais o governo federal se compromete a pagar indenizações, reconhecendo a responsabilidade do Estado brasileiro pelo descalabro que existe atualmente no estado. O movimento indígena está negociando os termos desse acordo. É importante checar os prazos, porque os conflitos em MS só se acirram quando se tenta empurrar os problemas com a barriga.

Porém, existem outros dois acordos urgentes, sem os quais qualquer negociação resultará incompleta. Primeiro, há os acampamentos indígenas, que são numerosos. É preciso encontrar uma forma de garantir que esses grupos possam esperar os processos de demarcação em condições dignas, sem ataques armados, sem a pressão psicológica trazida pelas disputas judiciais e com o devido acesso aos seus direitos mínimos, como seres humanos e cidadãos brasileiros. Hoje, em grande parte dos acampamentos, mesmo os que estão a poucos quilômetros da maior cidade da região, Dourados, não há água potável, nem acesso à escola ou a programas sociais. Conheço famílias com até cinco, seis crianças, todas sem documentos e fora da escola. O que há, somente, é assistência à saúde e cestas básicas.

CONT.



É uma covardia o que se está fazendo com o acampamento do Apykai, por exemplo. Dona Damiana, a líder da comunidade, perdeu seis familiares nos últimos anos, alguns deles em atropelamentos mais que suspeitos. Em vez de os fazendeiros negociarem para permitir que o grupo permaneça em algum pedaço de terra até que a negociação toda seja concluída, querem tirá-la por decisão judicial, fazê-la voltar para a beira da rodovia, onde mais desgraças podem acontecer. É um poderio econômico completamente insensível esse dos fazendeiros de MS.

No acampamento de Pyelito Kue, aquele que ficou famoso em 2012, em função da carta que foi tomada como uma ameaça de suicídio coletivo, as crianças estão há dois anos sem escola. No Guairivy, onde foi morto, em 2011, o líder Nísio Gomes, as crianças têm aula dentro da casa de reza, porque até agora o prédio da escola não foi construído. Os benefícios sociais, nesses lugares, têm sido suspensos por mera falta de atenção das prefeituras. Falta sensibilidade e sobra preconceito com a situação dos indígenas entre os administradores locais na região.

O terceiro acordo necessário diz respeito às condições de vida nas aldeias onde a situação fundiária já está definida. Água, saúde, educação, alimentação são direitos básicos, e eles não estão sendo garantidos em muitas comunidades. Sobretudo, o apoio à agricultura tem sido absolutamente negligenciado. Várias comunidades estão passando por problemas, o trabalho é inconstante e insuficiente.

IHU On-Line - Em que medida a política indigenista aplicada no país contribui para aumentar os conflitos?

Spensy Pimentel - O que mais contribui para aumentar conflitos é, principalmente, a não política indígena, a falta de políticas de um lado — a omissão do governo federal e também de governos estaduais e prefeituras. Essa não política tem a ver com o fato de que o Estado brasileiro tem dificuldade em reconhecer os indígenas como atores políticos, em pensá-los como parte do presente e do futuro do país. Há um setor da elite que não conseguiu absorver a ideia de que os indígenas são parte do país, sem precisar abdicar de suas diferenças.

É como se essas pessoas ignorassem a Constituição — que nem é tão nova, já tem 25 anos! Ainda agem como se vivêssemos no tempo em que, para ser considerado cidadão, o sujeito tinha que falar português, cantar o Hino Nacional e ser batizado. As coisas mudaram, mas certos setores resistem a aceitar isso... Um indígena não deveria ser menos cidadão porque não quer falar português ou ser cristão. Infelizmente, na prática, por vias indiretas, muitas vezes a discriminação continua.